Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 8

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 17

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Relatório da Administração 20

Notas Explicativas 41

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 121

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 123

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 124

Motivos de Reapresentação 125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	201.329.600
Preferenciais	0
Total	201.329.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.944.500
Preferenciais	0
Total	1.944.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.609.056	2.680.553
1.01	Ativo Circulante	723.079	649.637
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	220.063	220.484
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.096	68.377
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.096	68.377
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	24.096	68.377
1.01.03	Contas a Receber	335.155	257.763
1.01.03.01	Clientes	335.155	257.763
1.01.04	Estoques	18.344	8.163
1.01.04.01	Estoques /Almoxarifado	18.344	8.163
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.114	30.875
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.114	30.875
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	51.114	30.875
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.466	6.382
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.841	57.593
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	56.287	31.238
1.01.08.01.01	Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	56.287	31.238
1.01.08.03	Outros	15.554	26.355
1.01.08.03.01	Outros Creditos	15.554	26.355
1.02	Ativo Não Circulante	2.885.977	2.030.916
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	168.943	174.453
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	12.030
1.02.01.01.03	Titulos e valores mobiliarios	0	12.030
1.02.01.03	Contas a Receber	90.733	106.835
1.02.01.03.01	Clientes	90.733	106.835
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.877	26.844
1.02.01.06.02	Imposto a recuperar	32.877	26.844
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.654	4.831
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.654	4.831
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.679	23.913
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	39.261	15.720
1.02.01.09.04	Outros creditos	4.418	8.193
1.02.02	Investimentos	480.955	421.796
1.02.02.01	Participações Societárias	480.955	421.796
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	480.955	421.796
1.02.03	Imobilizado	1.993.130	1.312.678
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.993.130	1.312.678
1.02.04	Intangível	242.949	121.989
1.02.04.01	Intangíveis	242.949	121.989
1.02.04.01.02	Outros intangiveis	242.949	121.989

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.609.056	2.680.553
2.01	Passivo Circulante	593.937	537.394
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.356	50.534
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.356	50.534
2.01.02	Fornecedores	48.088	37.597
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.088	37.597
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.546	23.921
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.937	17.644
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	182	5.935
2.01.03.01.02	Obrigações tributarias	20.755	11.709
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.284	4.360
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.325	1.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	394.732	338.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	235.111	210.592
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	235.111	210.592
2.01.04.02	Debêntures	703	20.503
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	158.918	107.634
2.01.05	Outras Obrigações	48.215	86.613
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.897	7.995
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.897	7.995
2.01.05.02	Outros	43.318	78.618
2.01.05.02.04	Contas a Pagar e Adiantamentos	43.318	78.618
2.02	Passivo Não Circulante	2.171.728	1.330.013
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.855.835	1.112.626
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.299.173	684.505
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.299.173	684.505
2.02.01.02	Debêntures	360.936	345.842
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	195.726	82.279
2.02.02	Outras Obrigações	138.867	48.099
2.02.02.02	Outros	138.867	48.099
2.02.02.02.03	Obrigações tributarias	47.200	35.391
2.02.02.02.04	Contas a pagar e adiantamentos	91.667	12.708
2.02.03	Tributos Diferidos	132.155	135.846
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.155	135.846
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	132.155	135.846
2.02.04	Provisões	44.871	33.442
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.589	28.349
2.02.04.01.05	Provisões para demandas judiciais e administrativas	42.589	28.349
2.02.04.02	Outras Provisões	2.282	5.093
2.02.04.02.04	Provisoes para perdas em investimentos	2.282	5.093
2.03	Patrimônio Líquido	843.391	813.146
2.03.01	Capital Social Realizado	609.633	601.221
2.03.02	Reservas de Capital	-21.520	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	60	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-21.580	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	60.635	100.599

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.03.01	Avaliação patrimonial	60.635	100.599
2.03.04	Reservas de Lucros	194.643	111.326
2.03.04.01	Reserva Legal	13.533	10.690
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	181.110	100.636

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.644.234	1.635.644
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.381.576	-1.352.964
3.02.01	Custo das prestacoes de servicos	-1.184.489	-1.139.795
3.02.02	Custo da venda de ativos utilizados na prestação de servicos	-197.087	-213.169
3.03	Resultado Bruto	262.658	282.680
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.487	-54.378
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.135	-104.099
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-116.135	-104.099
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.722	36.248
3.04.04.01	Outras receitas operacionais liquidas	3.722	36.248
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.195	-1.478
3.04.05.01	Despesas tributarias	-2.195	-1.478
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	65.121	14.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	213.171	228.302
3.06	Resultado Financeiro	-157.367	-88.464
3.06.01	Receitas Financeiras	42.175	44.989
3.06.02	Despesas Financeiras	-199.542	-133.453
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	55.804	139.838
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.052	-46.832
3.08.01	Corrente	1.052	-46.832
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.856	93.006
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.856	93.006
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	56.856	93.006
4.03	Resultado Abrangente do Período	56.856	93.006

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	427.985	241.733
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	568.154	539.345
6.01.01.01	Lucro Liquido	56.856	93.006
6.01.01.02	Depreciações	176.347	81.495
6.01.01.03	Custo da venda de ativos utilizados na prestacao de servicos - imobilizado	194.499	213.169
6.01.01.04	Resultado de equivalencia patrimonial de investimentos	-65.121	-14.951
6.01.01.05	Reversão de IR e CS diferidos	20.275	40.896
6.01.01.06	Provisao /reversao para demandas judidiciais e administrativas	4.634	8.683
6.01.01.07	Perdas estimadas com creditos de liquidação duvidosas	-2.988	527
6.01.01.08	Perdas de investimento de operação em continuidade	0	-11.995
6.01.01.09	Provisão para perdas em veiculos disponibilizados para venda	251	0
6.01.01.10	Realização de agio de mais valia do imobilizado	1.678	0
6.01.01.11	Remunerações com base em ações	60	0
6.01.01.13	Juros e variações monetárias s/ emprestimos	181.663	128.515
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-140.169	-297.612
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	56.311	-53.407
6.01.02.02	contas a receber	5.064	-161.214
6.01.02.03	Estoques/Almoxarifado	-6.563	997
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-2.883	-3.242
6.01.02.05	Partes relacionadas ativo	-1.841	54.937
6.01.02.06	Depositos judiciais	-14.596	-4.883
6.01.02.07	Outros creditos	35.171	22.964
6.01.02.08	Despesas antecipadas	5.100	3.755
6.01.02.09	Fornecedores	-1.881	-10.742
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas e tributarias	-36.071	26.694
6.01.02.11	Contas a pagar e adiantamentos	-21.854	-33.947
6.01.02.12	Parte relacionadas passivos	-3.098	-18.464
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-5.892	5.935
6.01.02.14	Juros pagos s/ emprestimos e financiamentos, debentures e outros passivos	-147.136	-126.995
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-276.163	-246.197
6.02.01	Investimentos de operacoes	-28.939	-213.177
6.02.02	Ativo imobilizado	-81.875	-32.507
6.02.03	Intangivel	-1.904	-513
6.02.04	Aquisição de controlada, liquida de caixa adquirido	-161.184	0
6.02.05	Incorporação de controlada - caixa e equivalente de caixa	-2.261	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-152.243	124.414
6.03.01	Aumento/reducao em emprestimos e financiamentos liquidos	-108.142	-224.084
6.03.02	Dividendos pagos	-22.089	-105.414
6.03.03	Aumento (redução) de Capital	-432	453.912
6.03.04	Acoes de tesouraria	-21.580	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-421	119.950
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	220.484	100.534
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	220.063	220.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	601.221	0	111.326	0	100.599	813.146
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	601.221	0	111.326	0	100.599	813.146
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.412	-21.520	0	-13.503	0	-26.611
5.04.01	Aumentos de Capital	8.697	0	0	0	0	8.697
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-285	0	0	0	0	-285
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	60	0	0	0	60
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-21.580	0	0	0	-21.580
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-361	0	-361
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.142	0	-13.142
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.856	0	56.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.856	0	56.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.843	37.121	-39.964	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.843	-2.843	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	39.964	-39.964	0
5.07	Saldos Finais	609.633	-21.520	114.169	80.474	60.635	843.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.152	0	87.270	0	133.590	360.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.152	0	87.270	0	133.590	360.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	462.069	0	-101.941	0	0	360.128
5.04.01	Aumentos de Capital	477.903	0	0	0	0	477.903
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-15.834	0	0	0	0	-15.834
5.04.06	Dividendos	0	0	-101.941	0	0	-101.941
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.006	0	93.006
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.006	0	93.006
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.650	28.341	-32.991	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.650	-4.650	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	32.991	-32.991	0
5.07	Saldos Finais	601.221	0	-10.021	121.347	100.599	813.146

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.863.970	1.878.762
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.829.895	1.829.013
7.01.02	Outras Receitas	31.086	50.276
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	31.086	50.276
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.989	-527
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.023.102	-949.354
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-715.644	-759.405
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-307.458	-189.949
7.03	Valor Adicionado Bruto	840.868	929.408
7.04	Retenções	-176.433	-81.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.433	-81.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	664.435	847.913
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	107.296	59.940
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	65.121	14.951
7.06.02	Receitas Financeiras	42.175	44.989
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	771.731	907.853
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	771.731	907.853
7.08.01	Pessoal	342.976	345.018
7.08.01.04	Outros	342.976	345.018
7.08.01.04.01	Pessoal e encargos	342.976	345.018
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	252.679	302.871
7.08.02.01	Federais	142.662	193.985
7.08.02.02	Estaduais	92.721	85.118
7.08.02.03	Municipais	17.296	23.768
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	119.220	166.958
7.08.03.03	Outras	119.220	166.958
7.08.03.03.01	Juros e alugueis	119.220	166.958
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.856	93.006
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	13.142	0
7.08.04.02	Dividendos	361	22.089
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	43.353	70.917

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.844.849	2.876.734
1.01	Ativo Circulante	1.143.035	946.423
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	399.084	371.119
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.226	105.096
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	44.226	105.096
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	44.226	105.096
1.01.03	Contas a Receber	478.187	344.505
1.01.03.01	Clientes	478.187	344.505
1.01.04	Estoques	33.220	12.536
1.01.04.01	Estoques/Almoxarifado	33.220	12.536
1.01.06	Tributos a Recuperar	82.297	49.893
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	82.297	49.893
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	82.297	49.893
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.636	6.781
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.385	56.493
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	66.648	31.238
1.01.08.01.01	Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	66.648	31.238
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	35.737	25.255
1.01.08.02.01	Outros creditos	35.737	25.255
1.02	Ativo Não Circulante	2.701.814	1.930.311
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	261.997	212.395
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	12.030
1.02.01.01.03	Titulos e valores mobiliarios	0	12.030
1.02.01.03	Contas a Receber	164.018	145.735
1.02.01.03.01	Clientes	164.018	145.735
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.877	26.844
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.877	26.844
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	36	16
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	36	16
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65.066	27.770
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	44.228	18.838
1.02.01.09.04	Outros creditos	20.838	8.932
1.02.02	Investimentos	1.713	1.634
1.02.02.01	Participações Societárias	1.713	1.634
1.02.03	Imobilizado	2.190.155	1.590.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.190.155	1.590.686
1.02.04	Intangível	247.949	125.596
1.02.04.01	Intangíveis	247.949	125.596
1.02.04.01.02	Outros intangiveis	247.949	125.596

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.844.849	2.876.734
2.01	Passivo Circulante	715.909	640.911
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	98.213	71.037
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	98.213	71.037
2.01.02	Fornecedores	57.478	54.461
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.478	54.461
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.347	46.634
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.031	46.634
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	584	12.704
2.01.03.01.02	Obrigações federais/obrigações tributarias	24.447	33.930
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.486	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.830	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	435.615	372.694
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	246.043	223.560
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	246.043	223.560
2.01.04.02	Debêntures	703	20.503
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	188.869	128.631
2.01.05	Outras Obrigações	89.256	96.085
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	873	756
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	873	756
2.01.05.02	Outros	88.383	95.329
2.01.05.02.04	Contas a Pagar e Adiantamentos	88.383	95.329
2.02	Passivo Não Circulante	2.285.454	1.422.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.932.312	1.183.132
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.334.790	735.842
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.334.790	735.842
2.02.01.02	Debêntures	360.936	345.842
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	236.586	101.448
2.02.02	Outras Obrigações	142.965	63.914
2.02.02.02	Outros	142.965	63.914
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias	47.317	44.180
2.02.02.02.04	Contas a pagar e adiantamentos	95.648	19.734
2.02.03	Tributos Diferidos	166.644	142.288
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.644	142.288
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.644	142.288
2.02.04	Provisões	43.533	33.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.533	33.277
2.02.04.01.05	Provisões para demandas judiciais e administrativas	43.533	33.277
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	843.486	813.212
2.03.01	Capital Social Realizado	609.633	601.221
2.03.02	Reservas de Capital	-21.520	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	60	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-21.580	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	60.635	100.599
2.03.03.01	Avaliação patrimonial	60.635	100.599
2.03.04	Reservas de Lucros	194.643	111.326

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.01	Reserva Legal	13.533	10.690
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	181.110	100.636
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	95	66

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.408.237	2.028.459
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.014.509	-1.673.373
3.02.01	Custo das prestacoes de servicos	-1.646.745	-1.379.818
3.02.02	Custo da venda de ativos utilizados na prestação de servicos	-367.764	-293.555
3.03	Resultado Bruto	393.728	355.086
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-163.951	-113.870
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-157.724	-119.404
3.04.02.01	Despesas administrativas e comerciais	-157.724	-119.404
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.840	7.896
3.04.04.01	Outras receitas operacionais liquidas	-2.840	7.896
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.387	-2.362
3.04.05.01	Despesa tributarias	-3.387	-2.362
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	229.777	241.216
3.06	Resultado Financeiro	-144.643	-100.319
3.06.01	Receitas Financeiras	74.123	48.483
3.06.02	Despesas Financeiras	-218.766	-148.802
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85.134	140.897
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.249	-47.856
3.08.01	Corrente	-28.249	-47.856
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.885	93.041
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	56.885	93.041
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	56.856	93.006
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	29	35
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	56.885	93.041
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	56.885	93.041
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	56.856	93.006
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	29	35

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	480.822	189.934
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	758.975	590.964
6.01.01.01	Lucro liquido	56.856	93.006
6.01.01.02	Depreciacoes	201.284	88.916
6.01.01.03	Custo da venda de ativos utilizados na prestacao de servicos - imobilizado	281.728	222.828
6.01.01.05	Reversão de IR e CS diferidos	24.503	34.197
6.01.01.06	Provisao /reversao para demandas judidiciais e administrativas	3.000	11.698
6.01.01.07	Perdas estimadas com creditos de liquidação duvidosas	-4.067	5.080
6.01.01.08	Provisão para perdas em veiculos disponibilizados para venda	251	0
6.01.01.09	Realização de agio de mais valia do imobilizado	1.678	0
6.01.01.10	Remunerações com base em ações	60	0
6.01.01.11	Juros e variações monetárias s/ emprestimos	193.654	135.221
6.01.01.12	Participação de não controladores	28	18
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-278.153	-401.030
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	72.900	-90.126
6.01.02.02	contas a receber	-98.600	-254.453
6.01.02.03	Estoques/Almoxarifado	-17.385	202
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-19.267	-21.136
6.01.02.05	Partes relacionadas ativo	-20	59.328
6.01.02.06	Depositos judiciais	-18.056	-8.001
6.01.02.07	Outros creditos	4.685	24.397
6.01.02.08	Despesas antecipadas	4.314	3.449
6.01.02.09	Fornecedores	-8.002	3.711
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas e tributarias	-22.848	25.490
6.01.02.11	Contas a pagar e adiantamentos	-7.563	-24.074
6.01.02.12	Parte relacionadas passivos	117	-48
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-12.259	10.777
6.01.02.14	Juros pagos s/ emprestimos e financiamentos, debentures e outros passivos	-156.169	-130.546
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-269.902	-43.756
6.02.01	Investimentos de operacoes	-6	-1.624
6.02.02	Ativo imobilizado	-104.929	-41.953
6.02.03	Intangivel	-3.783	-179
6.02.04	Aquisição de controlada, liquida de caixa adquirido	-161.184	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-182.955	114.036
6.03.01	Aumento/reducao em emprestimos e financiamentos liquidos	-138.854	-234.462
6.03.02	Dividendos pagos	-22.089	-105.414
6.03.03	Aumento (redução) de Capital	-432	453.912
6.03.04	Acoes de tesouraria	-21.580	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	27.965	260.214
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	371.119	110.905
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	399.084	371.119

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	601.221	0	111.326	0	100.599	813.146	66	813.212
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	601.221	0	111.326	0	100.599	813.146	66	813.212
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.412	-21.520	0	-13.503	0	-26.611	0	-26.611
5.04.01	Aumentos de Capital	8.697	0	0	0	0	8.697	0	8.697
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-285	0	0	0	0	-285	0	-285
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	60	0	0	0	60	0	60
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-21.580	0	0	0	-21.580	0	-21.580
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-361	0	-361	0	-361
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.142	0	-13.142	0	-13.142
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.856	0	56.856	29	56.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.856	0	56.856	29	56.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.843	37.121	-39.964	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.843	-2.843	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	39.964	-39.964	0	0	0
5.07	Saldos Finais	609.633	-21.520	114.169	80.474	60.635	843.391	95	843.486

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	139.152	0	87.270	0	133.590	360.012	48	360.060
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.152	0	87.270	0	133.590	360.012	48	360.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	462.069	0	-101.941	0	0	360.128	0	360.128
5.04.01	Aumentos de Capital	477.903	0	0	0	0	477.903	0	477.903
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-15.834	0	0	0	0	-15.834	0	-15.834
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-101.941	0	0	-101.941	0	-101.941
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.006	0	93.006	18	93.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.006	0	93.006	18	93.024
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.650	28.341	-32.991	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.650	-4.650	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	32.991	-32.991	0	0	0
5.07	Saldos Finais	601.221	0	-10.021	121.347	100.599	813.146	66	813.212

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.713.662	2.280.743
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.678.250	2.259.673
7.01.02	Outras Receitas	31.345	26.150
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	31.345	26.150
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.067	-5.080
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.453.677	-1.170.712
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.047.344	-966.835
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-406.333	-203.877
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.259.985	1.110.031
7.04	Retenções	-201.427	-88.916
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-201.427	-88.916
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.058.558	1.021.115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.123	48.483
7.06.02	Receitas Financeiras	74.123	48.483
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.132.681	1.069.598
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.132.681	1.069.598
7.08.01	Pessoal	522.652	431.593
7.08.01.04	Outros	522.652	431.593
7.08.01.04.01	Pessoal e encargos	522.652	431.593
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	414.711	362.534
7.08.02.01	Federais	259.678	233.788
7.08.02.02	Estaduais	119.883	99.619
7.08.02.03	Municipais	35.150	29.127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	138.462	182.430
7.08.03.03	Outras	138.462	182.430
7.08.03.03.01	Juros e alugueis	138.462	182.430
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.856	93.041
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	13.142	0
7.08.04.02	Dividendos	361	22.089
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	43.325	70.917
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	28	35

JSL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 52.548.435/0001-79
NIRE 35.300.362.683

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

DESTAQUES DE 2011

- **Receita bruta** de **R$ 2,7 bilhões**, **CRESCIMENTO** de **19%**, mantendo o histórico de crescimento médio acima de 28% nos últimos 10 anos

- **EBITDA** recorrente[1] de **R$ 444,4 milhões, AUMENTO de 35%** e margem EBITDA recorrente de 18,5%, 2,2 p.p. superior a 2010

- **LUCRO Líquido** recorrente[1] de **R$ 71,0 milhões**, com margem líquida recorrente de 2,9%

- Fechamento de **NOVOS CONTRATOS** no valor global de **R$ 1,8 bilhão**

- **INVESTIMENTOS** de **R$ 860,8 milhões,** sendo 75% para a expansão dos negócios

- **LANÇAMENTO da JSL Aluguel de Caminhões**, abrindo modelo de **NEGÓCIO INÉDITO** no país

- **AQUISIÇÃO da SCHIO**, uma das dez maiores operadoras de logística do país e **líder na logística de cargas de temperatura controlada**, com faturamento de R$ 444,0 milhões em 2011

- **Conquista do Prêmio ILOS** como a **MELHOR OPERADORA LOGÍSTICA** brasileira pelo terceiro ano consecutivo e eleito pela revista Transporte Moderno como o **maior rodoviário de carga** em termos de receita operacional líquida

[1]Exclui efeitos não recorrentes, conforme detalhado na Seção 5) deste documento.

- **INCORPORAÇÃO da SIMPAR CONCESSIONÁRIAS**, rede com 30 lojas de venda de veículos leves e pesados com o objetivo de ampliar a capacidade de aquisição e revenda dos ativos utilizados em sua operação. Este processo se destacou por sua **GOVERNANÇA**, onde os controladores delegaram e acompanharam a decisão do mercado, que aprovou a incorporação por 96% dos acionistas minoritários presentes na Assembleia, realizada em janeiro de 2012

- **CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA JULIO SIMÕES** – localizado anexo ao Centro Administrativo na Cidade de Mogi das Cruzes, objetiva a contribuir de forma significativa com a perpetuação e divulgação de nossos valores à nossa GENTE e COMUNIDADE, mantendo assim, a nossa cultura, que é um dos nossos diferenciais

- **EXPECTATIVA** de **FORTE CRESCIMENTO** em **2012, da ordem de 39%** na receita de Serviços, contando com a contribuição da Schio.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi de importantes realizações para a JSL. Registramos no período uma receita bruta R$ 2,7 bilhões, **CRESCIMENTO** de 19% em relação a 2010, e um crescimento de 35% no EBITDA recorrente[1], que totalizou R$ 444,4 milhões, com margem de 18,5%, o que representou uma expansão de 2,2 p.p. na comparação com o ano anterior. O lucro líquido recorrente[1] do período ficou em R$ 71,0 milhões, com margem líquida de 2,9%.

A nossa determinação em desenvolver continuamente a Companhia, acompanhando a tendência dos clientes de concentrar suas atividades logísticas em um único fornecedor, com capacidade de investimento para acompanhar seu crescimento, e garantindo segurança às suas operações, certamente contribuiu para o **FECHAMENTO DE NOVOS CONTRATOS** valor global de R$ 1,8 bilhão em 2011, sendo 71% derivado de novos serviços com clientes preexistentes (*cross selling*), e 29% com novos clientes. Isto se deve ao posicionamento diferenciado da JSL no

[1]Exclui efeitos não recorrentes, conforme detalhado na Seção 5) deste documento.

mercado, que vem de encontro com o desejo dos clientes de contratar serviços customizados às suas necessidades específicas, com garantia e suporte ao seu crescimento.

Os investimentos do ano foram da ordem de R$ 860 milhões no período, dos quais 77,4% foram destinados à expansão dos negócios. Os novos contratos de 2011, em conjunto com contratos fechados de anos anteriores, ampliaram ainda mais aquilo que é um dos nossos diferenciais: a nossa **DIVERSIFICAÇÃO**, contribuindo para o aumento da participação de setores como mineração, agroindústria, energia elétrica, dentre outros, no faturamento da JSL.

Criamos ainda, a JSL Locação de Caminhões, sintonizados com uma tendência de mercado de terceirização de ativos, em uma modalidade inédita no mercado brasileiro, oferecendo contratos com os mais variados prazos e preços, de acordo com a necessidade de cada um dos contratantes.

Estes **RESULTADOS** foram possíveis através do **TRABALHO DE NOSSA GENTE**, cujo quadro de colaboradores acompanhou a expansão de nossas operações, passando de 13 mil no início de 2011 para cerca de 18 mil ao final do ano, aos quais procuramos desenvolver e disseminar nossos valores, como o foco no cliente, a simplicidade e a força do trabalho e da nossa gente, visando à obtenção do lucro e a perpetuação de nosso negócio. Dedicamos recursos e esforços contínuos para atrair e manter profissionais que se identificam com nossa filosofia, assumindo com entusiasmo a missão de superar as expectativas na prestação de serviços. A Companhia também estruturou um programa de *trainees*, que selecionou 43 jovens com nível superior em diversos cursos de graduação, buscando a contínua formação de seu quadro de profissionais alinhados aos valores da JSL, contribuindo para o suporte ao crescimento. Acreditamos que nossa gente detém papel essencial na conquista dos resultados planejados.

A conjunção dos fatores acima, possibilitou a expansão da nossa atuação e liderança no mercado brasileiro, o que foi reforçado pela **AQUISIÇÃO**, em novembro, da Rodoviário **SCHIO** - empresa líder em logística para produtos de temperatura controlada no país, com atuação também na Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela - com faturamento, em 2011, da ordem de R$ 440 milhões, se destacando como uma das 10 maiores empresas de logística do Brasil. A aquisição permitiu que agregássemos mão de obra altamente especializada, a qual foi totalmente absorvida ao quadro da Companhia, e o Sr. José Schio, membro da família fundadora

e principal executivo da Rodoviário Schio, se tornou acionista da JSL e ficará à frente destas operações na Companhia, contribuindo com sua experiência para a gestão como um todo, combinando assim, o *know-how* da Schio à escala da JSL. Este movimento, combinado com a flexibilidade, customização e foco no cliente, coloca a JSL em posição de liderança na logística de importantes segmentos, como o de alimentos e consumo, adicionando uma nova plataforma para o crescimento orgânico.

Visando à ampliação imediata dos canais de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços, etapa fundamental de nosso ciclo de negócios, no final do ano, foi proposta a incorporação da **SIMPAR CONCESSIONÁRIAS**, maior rede de concessionárias de veículos leves da Volkswagen no Brasil, contando também com as marcas Fiat e Ford, e maior rede de concessionárias para veículos pesados da marca MAN. Atualmente, a SIMPAR Concessionárias possui um total de 30 lojas, sendo 22 de veículos leves e 8 de veículos pesados. Por se tratar de uma empresa com controle comum à JSL, este processo foi norteado pelos princípios de governança corporativa, tendo o bloco de controle delegado aos acionistas minoritários a decisão, acompanhando assim, os votos destes acionistas em Assembleia, realizada em janeiro de 2012, na qual a operação foi aprovada por 96% dos minoritários presentes, validando sua aderência estratégica ao modelo de negócios da JSL.

O Instituto Julio Simões, nosso braço de investimento social, é norteado pelos pilares de segurança nas estradas, formação profissional para inserção no mercado de trabalho e preservação ambiental, tendo beneficiado em 2011 mais de 80 mil pessoas. O **PROGRAMA PELA VIDA** atendeu mais de 4.600 motoristas de ônibus e caminhão em 2011, profissionais que estão intrinsecamente ligados às nossas atividades e que receberam atenção à saúde, segurança, além de orientações para o orçamento familiar, com o objetivo de contribuir com a diminuição de acidentes nas rodovias brasileiras e com a qualidade de vida dos motoristas. Além do “Pela Vida” e outros projetos, participamos de ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, através do Programa Na Mão Certa, desenvolvido pela *World Childhood Foundation*. Ainda em 2011, em Mogi das Cruzes, São Paulo, construímos o **Centro de Memória e Cultura JULIO SIMÕES**, onde é possível percorrer os 55 anos da história da Companhia e expressar para as novas gerações os valores que conduzem nossa trajetória, que foi construída com simplicidade, trabalho, humildade e a colaboração de muita gente boa. Nosso maior patrimônio é, sem dúvida, estar rodeado dessas pessoas: os colaboradores que

Relatório da Administração

trabalham e trabalharam na nossa empresa, os clientes que nos oferecem oportunidades e, em especial, o apoio de nossa família, a base de tudo que construímos. Acreditamos que a nossa historia é o que nos dá força para enfrentar as situações pelas quais passamos.

Encerramos 2011 solidificando nossa posição de liderança no mercado e iniciamos 2012 com a **EXPECTATIVA** de um **FORTE CRESCIMENTO** da ordem de **39%** na receita de Serviços, nos sentindo muito **SEGUROS** e **CONFIANTES** de que estamos preparados para acompanhar todas as mudanças que estão por vir, e que certamente trarão **OPORTUNIDADES** ainda maiores daquelas que já tivemos.

Agradecemos a dedicação e talento dos nossos colaboradores e a confiança dos nossos investidores, acionistas, fornecedores e todos que têm contribuído para mantermos o foco em nossos objetivos.

Continuaremos acordando todos os dias como se fosse o primeiro, com a certeza de que tudo que fizemos foi fundamental para nos trazer até este momento, mas sabemos, que somente nossa contínua dedicação e a conscientização de que temos tudo por ser feito, nos motivará a continuar obstinadamente a nos reinventar a fim de **GERAR VALOR** aos negócios daqueles que nos contratam.

Em nome de todos os nossos colaboradores reafirmamos o **NOSSO COMPROMISSO** em jamais medirmos esforços para atender as NECESSIDADES de NOSSOS CLIENTES e a EXPECTATIVA de NOSSOS ACIONISTAS.

E o nosso **MUITO OBRIGADO** especial aos **CLIENTES**, a **VERDADEIRA** razão de nossa existência.

Fernando Antônio Simões

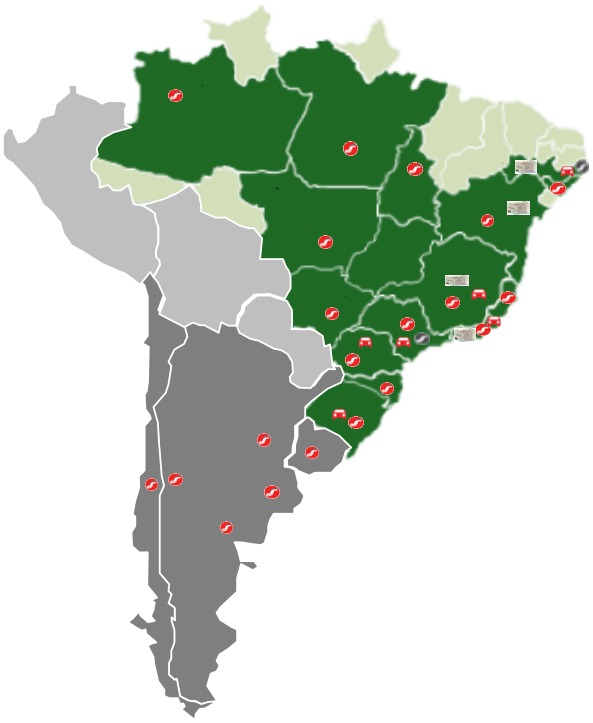
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da JSL S.A.

Relatório da Administração

1) A JSL – O Maior Portfólio de Serviços Logísticos do Brasil

Há 56 anos no mercado, a JSL é a empresa com o mais amplo portfólio de serviços logísticos do Brasil e líder em seu segmento em termos de receita líquida. Atua em todo o território brasileiro e opera em toda a cadeia do processo produtivo, desde o transporte de carga até a completa terceirização das cadeias logísticas. Possui 139 filiais em 16 estados brasileiros e 4 países da América Latina, e atualmente é a maior compradora de veículos pesados no país, possuindo mais de 31 mil ativos operacionais. A JSL destaca-se por sua atuação diversificada em mais de 16 setores da economia.

Atuação em todo o território nacional e 4 países da America Latina



- » 139 filiais em 16 estados e 4 países
- » 12 lojas de seminovos e 30 concessionárias
- » Mais de 19.000 colaboradores
- » 14 Centros de Distribuição pelo Brasil
- » 1 Centro Logístico Intermodal e 1 Porto Seco

Frota Própria com 31,5 mil Ativos Operacionais[1] e idade média de 1,8 ano



4.709 caminhões + cavalos mecânicos



4.992 carretas



18.685 veículos leves



1.952 equipamentos



1.126 ônibus

[1]Base JSL + Schio: 31/12/2011

Nosso modelo de negócios consiste em um somatório de contratos, caracterizados por um ciclo que se inicia com a precificação de projetos que atendam as necessidades logísticas de nossos clientes, seguida da compra financiada de ativos específicos. Uma vez implantados os recursos necessários para execução da operação (pessoal, estrutura física, dentre outros) e os ativos equipados, inicia-se a prestação de serviços, a qual gerará fluxo de caixa ao longo de todo o

prazo contratual, que pode variar de 2 a 10 anos, dependendo do contrato. A última etapa deste ciclo é a revenda do ativo ao término do contrato, cujo valor residual estimado é levado em conta na precificação e, portanto, compõe o retorno esperado da operação.

Modelo de Negócios - JSL



2) Portfólio de Serviços

A JSL opera através de 4 principais linhas de negócios:

Serviços Dedicados à Cadeia de Suprimentos: A JSL oferece serviços de forma integrada e customizada, incluindo desde a gestão do fluxo de insumos/matérias primas (operações *inbound*), passando pela logística interna, até a saída do produto acabado para o consumidor final (operações *outbound*). Também desenvolve projetos de logística integrada e faz a gestão da informação de toda a cadeia logística do cliente.

Gestão e Terceirização de Frotas/Equipamentos: A JSL presta serviços de Gestão e Terceirização de frotas compostas de veículos leves e pesados, além de atuar no aluguel de máquinas e equipamentos. Nesta linha de negócios, a JSL diferencia-se por adicionar aos alugueis atividades

de gestão de ativos, como dimensionamento de frotas e serviços agregados (motorista, manutenção e reposição de veículos e equipamentos e garantia de disponibilidade).

Transporte de Passageiros: Essas atividades compreendem a prestação de serviços de fretamento de ônibus para transporte de funcionários de empresas clientes, além do transporte público municipal e intermunicipal, todos oriundos de licitações públicas e com características contratuais de longo prazo, com sinergias nas diversas competências da Companhia, como escala, *know how* na gestão de ativos e insumos, na contratação e treinamento de pessoal, dentre outros.

Transporte de Cargas Gerais: Consiste no transporte de insumos ou produtos acabados do "ponto A" para o "ponto B". A empresa utiliza principalmente motoristas terceiros e agregados para execução destas atividades, dada a alta variação da demanda inerente a esta linha de negócio, garantindo maior flexibilidade, menores custos fixos e menor índice de reposição de ativos.

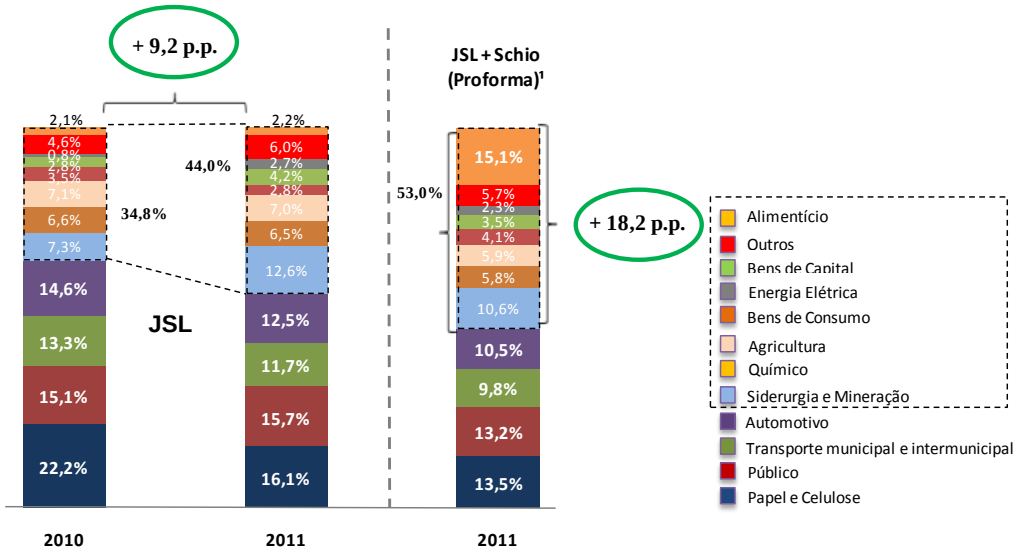
A reputação e reconhecimento de mercado, aliados à sua estratégia de diversificação da receita, permitiu à JSL uma presença em mais de 16 setores da economia, com uma carteira de mais de 300 clientes composta por importantes empresas brasileiras com as quais mantém relacionamentos sólidos e de longo prazo.

A JSL possui um portfólio diversificado de clientes, oferecendo serviços logísticos aos mais variados setores da economia, que, combinado aos contratos de longo prazo, corrobora ainda mais com a resiliência do negócio. Sua estratégia de diversificação de receitas permitiu não somente o crescimento em setores já tradicionais, (papel e celulose, público, transporte municipal e intermunicipal e automotivo), como também a expansão em siderurgia e mineração e energia elétrica que, em conjunto com químico, agricultura, bens de consumo e bens de capital e outros, aumentaram sua participação na receita em 9,2 p.p. na comparação com 2010. Além disto, as linhas de negócios com maior valor agregado − Serviços Dedicados e Gestão e Terceirização, representaram 73,2% do total da receita bruta de Serviços da Companhia, conforme demonstra o gráfico a seguir, ou 77,5% contando também os resultados de 12 meses da Schio de 2011.

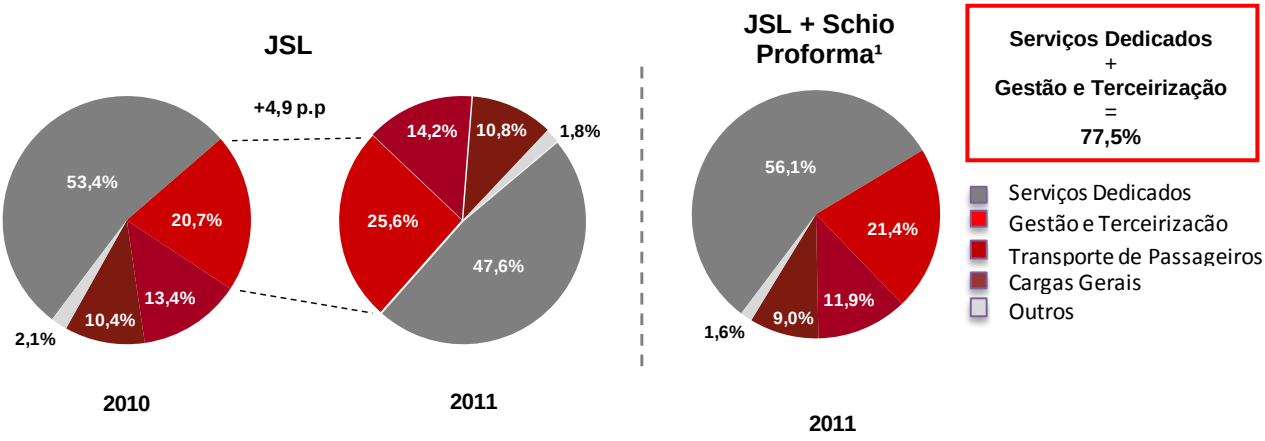
Relatório da Administração

Composição da Receita Bruta de Serviços em 2011

Por Setor da Economia



Por Linha de Negócios



¹ Considera a soma de resultados para 12 meses de 2011 para JSL e Schio

Venda de Ativos

Os ativos utilizados nas operações da Companhia, ao término dos contratos ou no período de renovação, são encaminhados para uma das lojas da rede de Seminovos da JSL para serem vendidos no mercado secundário. Esta revenda é parte fundamental da nossa estratégia, completando a última etapa do nosso modelo de negócios, sendo que o valor residual dos ativos também compõe o retorno esperado das operações. De forma a otimizar o processo de venda e

giro dos ativos, a Companhia lançou em 2011 3 novas lojas de seminovos, passando de 9 para 12 revendas ao final do ano, sendo 11 de veículos pesados e uma especializada em veículos leves.

A expansão da base de ativos operacionais, com destaque para a ampliação da frota de veículos leves, que passou de 14 mil carros em 2010 para cerca de 19 mil ao final de 2011, resultado da maior participação da Gestão e Terceirização na composição da receita bruta de Serviços da Companhia, exigiu da JSL uma maior capilaridade na distribuição de ativos, motivando a Companhia a propor à Assembléia de acionistas, que aprovou, em janeiro de 2012, por 96% dos acionistas minoritários presentes, a incorporação da SIMPAR Concessionárias, tendo os controladores delegado e acompanhado a decisão dos minoritários. A SIMPAR Concessionárias é a maior rede do Brasil de concessionárias de automóveis novos e usados da marca Volkswagen, com 17 lojas, contando ainda com concessionárias Fiat (3 lojas) e Ford (2 lojas), as quais são localizadas no Grande ABC, na região norte e na região leste da Cidade de São Paulo até a região do Vale do Paraíba. A SIMPAR Concessionárias é também a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus novos e usados Volkswagen/MAN do País (8 lojas), marca líder neste segmento no Brasil, todas localizadas nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Com a incorporação, a JSL amplia de forma imediata os canais de venda dos ativos utilizados nas operações logísticas, em especial da frota de veículos leves, evitando assim, possíveis gargalos no futuro. Também amplia sua flexibilidade para administrar o giro dos ativos e sua inteligência de mercado na identificação do melhor momento para venda do usado e compra do novo, proporcionando a obtenção de um melhor valor residual no momento da revenda dos ativos com a redução de sua depreciação. Além disto, a incorporação beneficiará a relação da JSL com as montadoras, diferenciando a Companhia ainda mais da concorrência.

3) Cenário Setorial

A matriz de transportes no Brasil se desenvolveu com a predominância do modal rodoviário. Do total de cargas transportadas no país, segundo dados da CNT, mais de 60% são movimentadas por veículos que trafegam nos mais de 1,6 milhão de quilômetros da malha rodoviária do país. As ferrovias, modal típico para o transporte de *commodities*, principalmente o minério de ferro, respondem por aproximadamente 21%, seguido pelo modal aquaviário, dutoviário e aéreo. Em um país com dimensões continentais e características territoriais tão diversificadas, somados ao crescimento consistente da economia de forma regionalizada, a logística torna-se atividade estratégica na integração e suporte ao desenvolvimento nacional.

No entanto, o mercado logístico é altamente pulverizado, com mais de 206 mil empresas apenas no modal rodoviário, sendo sua maior parte composta por pequenas transportadoras, caminhoneiros autônomos e *players* focados em apenas uma ou poucas etapas da cadeia logística em setores específicos da economia. Neste contexto, a participação dos Provedores de Serviços Logísticos (PSLs) no PIB de logística do Brasil é ainda pequena se comparada a outros países. Segundo estimativas do Instituto de Logística (ILOS), o faturamento com atividades logísticas representa cerca de 11,6% do PIB brasileiro, sendo que 10% deste faturamento é gerado pelos PSLs. Frente a um cenário cada vez mais competitivo e exigente em busca da eficiência e, diante de novos desafios do setor que incluem, dentre outros, restrições regulatórias de tráfego de veículos em certas regiões metropolitanas e um maior rigor das políticas governamentais visando à formalização das atividades do transporte de cargas, os clientes têm demandado empresas com soluções completas de logística para a gestão de suas

cadeias de suprimentos e distribuição, e que possuam comprovada experiência em seus setores de atuação.

Resultados de pesquisas também realizadas pelo ILOS junto às Companhias brasileiras mostram que do total da receita das empresas, cerca de 9% são destinados a custos logísticos, sendo que, deste valor, 67% são gastos com terceiros, contemplando a contratação direta de motoristas e pequenas transportadoras, sendo que a maior parte das atividades terceirizadas se encontra nos serviços básicos da logística, como transporte e distribuição. As atividades mais complexas, como gestão de estoques e definição de rotas, ainda são em sua maioria realizadas pela própria empresa. Desta forma, segundo dados do COPPEAD de 2009, apenas 9% das indústrias brasileiras terceirizam com as PSLs simultaneamente as três atividades principais da logística (transporte, armazenagem e gerenciamento de estoque). Isto sugere um enorme mercado potencial para a JSL, que possui *expertise* em todas as etapas da cadeia logística e o mais completo portfólio de serviços logísticos do país, incluindo, atividades como gestão de estoques, gestão integrada de logística, desenvolvimento de projetos, armazenagem e transporte, dentre outros.

Adicionalmente, outro mercado com grande potencial de crescimento é o de gestão e terceirização de frotas e equipamentos, valendo mencionar que, enquanto a penetração de frotas terceirizadas em países como o Reino Unido supera os 40%, no Brasil apenas 5,4% é terceirizado[1]. Esta linha de negócios representou, em 2011, 25,6% do faturamento de Serviços da JSL, sendo que a mesma diferencia-se do mercado por adicionar serviços customizados à terceirização de frotas, muitas vezes servindo-se de porta de entrada para adição de demais soluções logísticos através do *cross selling.*

Diante de tantas oportunidades, a JSL tem se posicionado de forma diferenciada, agregando serviços ao seu atual portfólio de clientes, enquanto adiciona outros novos em variados setores da economia, o que tem proporcionado à Companhia uma taxa média de crescimento de mais 25% nos últimos 10 anos. Esta estratégia foi reforçada com a aquisição da Schio em novembro de 2011, o que permitiu à Companhia sua inserção no mercado de alimentos e produtos de temperatura controlada em posição de liderança, com ganhos de sinergias e a ampliação de sua já relevante escala na aquisição de ativos e insumos.

A JSL continuará sua busca na identificação das demandas do mercado, capturando ganhos através do crescimento orgânico tão característico de sua trajetória e estará de forma oportuna analisando aquisições seletivas que se alinhem com sua estratégia de longo prazo.

[1] Fonte: Data Monitor, Unidas

Relatório da Administração

4) Desempenho Operacional – Receita Bruta

Receita Bruta (R$ milhões)	2010	2011	Var. 2011x2010
Receita Bruta de Serviços	1.877,9	2.267,3	20,7%
Receita Bruta de Venda de Ativos	381,8	411,0	7,7%
Total	**2.259,7**	**2.678,2**	**18,5%**

Em 2011, a JSL registrou **receita bruta Total de R$ 2,678 bilhões**, **crescimento de 18,5%** na comparação anual, sendo **R$ 2,267 bilhões** de **Serviços,** com **expansão** de **20,7%, e R$ 411,0 milhões** em **Venda de Ativos**, que apresentou **crescimento** de **7,7%.**

Na composição da receita bruta de Serviços, as linhas de negócios de maior valor agregado para a Companhia, que são os Serviços Dedicados e Gestão e Terceirização, representaram, em conjunto, aproximadamente 74% do seu total.

As Receitas com os Mesmos Contratos - RMC (que considera as receitas provenientes dos mesmos serviços prestados relativos apenas a contratos existentes em ambos os períodos de comparação) cresceu 13,6%, cerca de 5 vezes o crescimento do PIB do período, e os novos contratos contribuíram com R$ 255,1 milhões ao final de 2011, com destaque para os setores de agricultura, mineração e transporte de passageiros.

Receita Bruta de Serviços (R$ milhões)	2010	2011	Var. 2011x2010
Receita Bruta de Serviços	**1.877,9**	**2.267,3**	**20,7%**
Serviços Dedicados	1.002,0	1.101,5	9,9%
Gestão e Terceirização	388,3	569,2	46,6%
Transporte de Passageiros	251,1	315,2	25,5%
Cargas Gerais	196,3	240,1	22,3%
Outros	40,2	41,3	2,8%

Em 2011, o total da Receita com a Venda de Ativos foi de R$ 411,0 milhões, 7,7% maior que 2010. Além do crescimento de 78,1% na Revenda usual de ativos, a Venda de Ativos com Gestão (venda de veículos novos, a prazo, para clientes que utilizam nossos serviços de gestão de frotas) cresceu 53,0%, totalizando receita de R$ 123,5 milhões, enquanto que o ano de 2010 foi beneficiado pela contabilização, a valor presente, de R$ 141,8 milhões referentes à parcelas futuras de contratos de aluguel de máquinas e equipamentos com prazo de 60 meses, em conformidade com as orientações da CPC06.

Receita Bruta de Vendas de Ativos (R$ milhões)	2010	2011	Var. 2011x2010
Revenda de Ativos utilizados na prestação de	159,2	283,5	78,1%
Venda de Ativos com Gestão	80,7	123,5	53,0%
Aluguel de Máquinas e Equipamentos (valor presente) - CPC06	141,8	4,0	-97,2%
Total	**381,8**	**411,0**	**7,7%**

5) Destaques Financeiros

Os dados financeiros a seguir consideram o resultado contábil auditado e reportado, os quais incluem os números de 2011 da JSL, consolidados com o mês de dezembro da Schio.

Destaques Financeiros (R$ milhões)	2010	2011	Var. 2011x2010
Receita Bruta Total	**2.259,7**	**2.678,2**	**18,5%**
Receita Bruta de Serviços	1.877,9	2.267,3	20,7%
Receita Bruta de Venda de Ativos	381,8	411,0	7,7%
Receita Líquida	**2.028,5**	**2.408,2**	**18,7%**
Lucro Bruto	**355,1**	**393,7**	**10,9%**
Lucro Bruto de Serviços	273,8	360,2	31,6%
Lucro Bruto da Venda de Ativos	81,3	33,6	-58,7%
Margem Bruta	17,5%	16,3%	-1,2 p.p.
Lucro Antes dos Impostos recorrente[1]	**140,9**	**98,2**	**-30,3%**
Lucro Líquido recorrente[1]	**93,0**	**71,0**	**-23,6%**
Margem Líquida recorrente	4,6%	2,9%	-1,7 p.p.
EBITDA-A recorrente[1]	**552,9**	**728,8**	**31,8%**
Margem EBITDA-A recorrente	27,3%	30,3%	+3,0 p.p.
EBITDA recorrente[1]	**330,1**	**444,4**	**34,6%**
Margem EBITDA recorrente	16,3%	18,5%	+2,2 p.p.
EBITDA de Serviços recorrente[1]	248,8	410,9	65,1%
Margem EBITDA de Serviços recorrente	15,0%	20,5%	+ 5,4 p.p.

[1] Exclui efeitos não recorrentes, conforme detalhado na Seção 5) deste documento

Receita Líquida

Em 2011, a JSL registrou uma expansão de 18,7% em termos de sua receita líquida Total, que foi de R$ 2,4 bilhões no período. Deste montante, R$ 2,3 bilhões estão relacionados à prestação de Serviços e os R$ 411,0 milhões restantes foram provenientes da Venda de Ativos.

Custos

Os custos Totais da Companhia em 2011 foram de R$ 2,014 bilhões, aumento de 20,4%na comparação com 2010, principalmente em função da maior depreciação no período que teve suas taxas ajustadas de forma a refletir a expectativa do valor residual esperado na venda dos ativos alocados nas novas operações. Em relação à receita líquida Total, corresponderam a 83,7% em 2011, aumento de 1,2 p.p. em relação a 2010.

No período, os custos de Serviços foram de R$ 1,647 bilhão ou 82,1% da receita líquida de Serviços do período, melhora de 1,5 p.p. em relação a 2010, impactado positivamente pelo aumento de Gestão e Terceirização de frotas no mix de negócios da Companhia, que geralmente possui uma maior margem, além da diminuição da idade média da frota o que resulta em menores custos com peças e manutenção, o que compensou o aumento da depreciação do período.

Os custos com a Venda de Ativos normalmente acompanham a tendência de suas receitas. Desta forma, estes custos aumentaram 25,3%, função dos maiores custos com as Revendas Usuais (83,8%) e de Vendas de Ativos com Gestão (17,9%), aos quais foram parcialmente compensados pela redução de 96,4% dos custos com Aluguel de Máquinas e Equipamentos (valor presente) – CPC06.

Com isto, o lucro bruto Total da JSL em 2011 foi de R$ 393,7 milhões, com crescimento de 10,9% em relação ao ano anterior. A margem bruta foi de 16,3%, com significativa melhora na margem bruta de Serviços que passou de 16,6% em 2010 para 17,9% em 2011.

Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro

As Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro aumentaram R$ 51,5 milhões, ou 45,2%, passando de R$ 113,9 milhões em 2010 para R$ 163,9 milhões em 2011. Em relação à receita líquida de Serviços, estas despesas representaram 8,2%, um aumento de 1,3 p.p. em relação a 2010.

Este aumento está relacionado principalmente ao incremento de 52,2% do quadro médio de colaboradores administrativos e comerciais, já incluindo aqueles alocados na rede de lojas de seminovos da Companhia, com a abertura de novas lojas no último ano e aos dissídios de 9,5% e 7,5% em média, concedidos em maio de 2011 e de 2010, respectivamente. Também contribuiu para este aumento as despesas com prestação de serviços, que incrementaram R$ 11,8 milhões entre os períodos, principalmente em função de R$ 13,0 milhões em despesas não recorrentes relacionadas às aquisições da Schio e da SIMPAR Concessionárias, além de projetos especiais, primordialmente relacionados à revisão de processos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido em 2011 correspondeu a uma despesa financeira líquida (receita financeira “menos” despesa financeira) de R$ 144,6 milhões em 2011, aumento de 44,2% em

relação ao exercício anterior, principalmente devido ao aumento de 55,3% do maior saldo médio da dívida líquida e em função do aumento dos juros sobre empréstimos e financiamentos, impactados pelo aumento do CDI, dado que 29,6% da dívida líquida média do período foi indexada a esta taxa.

Os "Outros itens financeiros" tiveram uma melhora de R$ 8,1 milhões (despesa de R$ 4,7 milhões em 2010 para uma receita de R$ 3,4 milhões em 2011), influenciada pelas receitas de reversão de ajustes a valor presente AVP relacionados às vendas de ativos.

Lucro Líquido, EBITDA e EBITDA-A

O lucro líquido da Companhia em 2011 foi de R$ 56,9 milhões, com margem líquida de 2,4%, pelos motivos mencionados ao longo desta seção. Quando ajustado pelas despesas não recorrentes, conforme já mencionado, e pelo efeito não recorrente da reversão do imposto diferido vinculado ao prejuízo fiscal da controlada Transportadora Grande ABC, em razão da incorporação pela JSL em dezembro de 2011, o lucro líquido recorrente totalizou R$ 71,0 milhões, margem líquida recorrente de 2,9% em 2011.

O EBITDA tradicional totalizou R$ 431,4 milhões, com margem de 17,9%, o que representou uma expansão de 1,6 p.p. na comparação com o ano anterior, principalmente em função da melhora de 4,8 p.p. na margem EBITDA de Serviços, que foi de 19,8% e totalizou R$ 397,8 milhões, impactada positivamente pela maior participação da Gestão e Terceirização no mix de negócios da Companhia e pela menor idade média da frota, o que contribuiu para menores custos com manutenção. O "EBITDA-A ou EBITDA Adicionado", que é o EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos imobilizados, o qual não representa desembolso operacional de caixa, uma vez que se trata da mera representação contábil da baixa dos ativos no momento de sua alienação, totalizou R$ 715,8 milhões com aumento de 29,5% e margem de 29,7%, melhora de 2,5 p.p. na comparação com 2010. Quando ajustado pelas despesas não recorrentes relacionadas às aquisições e a projetos especiais mencionados neste documento, o EBITDA recorrente totalizou R$ 444,4 milhões em 2011, 34,6% maior que o apresentado em 2010, representando margem de 18,5%, aumento de 2,2 p.p..

6) Endividamento

Endividamento (R$ milhões)	31/12/2010	31/12/2011	Var. 2011x2010
Caixa e aplicações financeiras[1]	**(488,2)**	**(443,3)**	**-9,2%**
Dívida bruta - Curto prazo	372,7	435,6	16,9%
Dívida bruta - Longo prazo	1.183,1	1.932,3	63,3%
Dívida bruta total	**1.555,8**	**2.367,9**	**52,2%**
Divida líquida	**1.067,6**	**1.924,6**	**80,3%**

[1]Considera o montante de aplicações financeiras classificadas como ativo não circulante (Títulos e Valores Mobiliários), o qual é vinculado à amortização de uma proporção do saldo não quitado de debêntures

Ao final do exercício de 2011, o endividamento líquido da JSL totalizou R$ 1,924 bilhão, aumento de 80,3% em relação ao ano anterior, intimamente ligado aos investimentos em ativos operacionais, que totalizaram R$ 860,8 milhões, sendo 77,4% relacionados à expansão das atividades da Companhia, bem como à aquisição da Schio, o que foi parcialmente compensado pela evolução da geração operacional de caixa que cresceu 43,6% no período, oriunda da maturação dos contratos ligados aos investimentos em expansão de períodos anteriores. Do total da dívida líquida ao final de 2011, 76,6% são provenientes de financiamentos operacionais, sendo, em sua grande maioria, atrelados à TJLP, em virtude do volume de financiamentos para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos. O montante em caixa e aplicações financeiras fechou o exercício com a posição de R$ 443,3 milhões, volume 1,1 vez superior ao endividamento de curto prazo, garantindo um conforto de liquidez para a Companhia.

Importante destacar que as despesas financeiras, em sua maior parte, estão vinculadas a financiamentos de ativos que ainda estão abaixo de 12 meses de faturamento, cujos contratos ainda não atingiram o nível ótimo de geração de caixa.

Em 31/12/2011, cerca de 51% da dívida líquida da Companhia estava alocada nas operações com faturamento abaixo de 12 meses ou naquelas que estavam sendo descontinuadas, sendo que somente cerca de 31% estava alocada nas operações com 12 meses de faturamento ou mais. O saldo restante é derivado dos efeitos da aquisição da Schio.

A JSL tem como objetivo o constante aprimoramento do perfil de endividamento da empresa, através da captação de recursos por meio de operações no mercado financeiro que resultem no alongamento do cronograma de amortizações. Além da captação de R$ 300,0 milhões junto à Caixa Econômica Federal, com prazo final de 8 anos para financiar a transação com a Rodoviária Schio, a Companhia emitiu, em junho de 2011, debêntures simples, no valor total de R$ 113,0 milhões, com prazo de vigência de 6 anos.

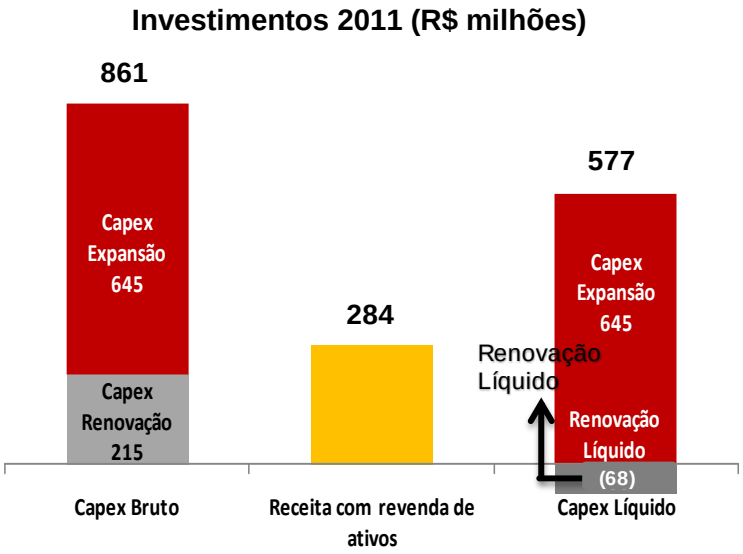
No mês de dezembro, a Fitch Ratings atualizou e manteve à JSL *rating* corporativo de longo prazo em escala nacional '**A(bra)**' e um *rating* em escala internacional '**BB-**' tanto em moeda local como em moeda estrangeira, ambos com perspectiva Estável. Adicionalmente, para as debêntures emitidas em dezembro de 2010, sem garantia, no valor de R$ 250,0 milhões e com vencimento final em 2016, a Fitch manteve o *rating* '**A-(bra)**'.

7) Investimentos

A JSL investiu R$ 860,8 milhões em 2011, com o foco na expansão de suas operações, o que representou 71,9% do total de seus investimentos, relacionados principalmente com o fechamento de novos contratos. As linhas de negócios de Serviços Dedicados e Gestão e Terceirização, operações consideradas as mais estratégicas para a Companhia por seu elevado valor agregado aos clientes, receberam, em conjunto, 80,7% do total investido no período. Neste sentido, a maior parte do nosso plano de investimentos incluiu a aquisição de ativos móveis, basicamente veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos, utilizados na expansão e renovação das operações da companhia.

O Centro Logístico Intermodal, localizado em Itaquaquecetuba, recebeu recursos de R$ 17,8 milhões em 2011, finalizando assim a primeira fase do investimento. Já foram construídos 22,5

mil m² de armazém coberto, com acesso à ferrovia. O terreno tem uma área total que engloba cerca de 500 mil m² e o investimento está sendo executado em módulos. O Centro já recebeu investimentos acumulados, desde o início da obra até o final de 2011, de aproximadamente R$ 59 milhões.



- **75% em Expansão**
- **81% em Serviços Dedicados e Gestão e Terceirização**
- **61% em veículos pesados e 39% em veículos leves**

Os investimentos da JSL estão atrelados a contratos específicos de prestação de serviços, o que assegura a geração de caixa provenientes das operações da Companhia, sendo importante mencionar que o capex de expansão contribui apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, pois depende do momento em que os novos contratos são fechados, tendo em vista que os mesmos possuem um período de implantação que varia de 90 a 120 dias (intervalo este que compreende gastos sem qualquer receita, distorcendo assim as margens e os retornos da companhia quando comparado a uma situação onde todos os volumes de contratos estivessem operando em regime pleno). Assim, a contribuição plena dos contratos fechados em um determinado ano acontece somente nos anos seguintes, onde tenhamos um ano completo operando na sua maturidade.

8) Eventos Societários

Em julho de 2011, foi constituída subsidiária integral da Companhia, denominada JSL Locações Ltda., para operar na locação de caminhões, com ou sem condutor, e na prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frotas. Tem como foco a locação de caminhões para empresas e pessoas físicas, de forma customizada e de acordo com a necessidade de cada cliente com contratos para diárias, semanais e mensais ou por períodos mais longos.

Em novembro de 2011, a Companhia adquiriu, a Rodoviário Schio Ltda., introduzindo a JSL no mercado de alimentos e produtos de temperatura controlada em posição de liderança, conforme mencionado ao longo deste relatório, a qual foi incorporada em dezembro de 2011.

Adicionalmente, em dezembro de 2012, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária a incorporação da Transportadora Grande ABC Ltda. (TGABC) pela JSL S.A, empresa adquirida pela Companhia em 20 de maio de 2008. A incorporação da TGABC pela Companhia tinha como objetivo a simplificação da estrutura societária do grupo econômico da Companhia, com a redução de custos financeiros, operacionais e a racionalização das atividades da JSL e da TGABC.

9) Eventos Subsequentes

Em 09 de janeiro de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram por meio de Assembléia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das ações de emissão da SIMPAR Concessionárias S.A., com a sua consequente conversão em subsidiária integral da Companhia. Em razão da SIMPAR Concessionárias ser controlada por sociedade detida pelo acionista controlador da Companhia, o Conselho de Administração da JSL constituiu um Comitê Independente, que foi responsável pela negociação das condições da incorporação e, orientados pelas boas práticas de governança corporativa, os controladores da Companhia delegaram aos acionistas minoritários a decisão, acompanhando assim, os votos dos minoritários durante a Assembleia que deliberou positivamente para a incorporação da SIMPAR Concessionárias. Com a operação, espera-se uma maior capacidade na atividade de revenda dos ativos utilizados nas operações logísticas da Companhia, em especial da frota de veículos leves, e a otimização do seu valor de revenda, além de garantir maior flexibilidade para administrar o giro desses ativos, visando à obtenção de benefícios econômicos para a Companhia, seus acionistas e clientes.

10) Mercado de Capitais

Performance das Ações

Desde o IPO da JSL em 22 de abril de 2010 até o final de 2011, as ações da JSL registraram valorização de 16,8%, cotadas a R$ 9,34, enquanto neste mesmo período o Índice Bovespa apresentou uma retração de 22,1%. O valor de mercado da Companhia no fechamento do ano foi de R$ 1,9 bilhão.

A JSL faz parte do Novo Mercado e está presente na carteira do ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado) e do IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada).

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em maio de 2011, a JSL pagou dividendos no total de R$ 22,1 milhões referentes aos resultados do exercício de 2010, o que foi equivalente a R$ 0,11215797 por ação, respeitando o seu Estatuto Social que determina que pelo menos 25% do lucro líquido contábil da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório e, representando assim, 100% do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP), no valor bruto de R$ 13,1 milhões ou R$ 0,066729237 por ação, referentes ao lucro estimado para o exercício de 2011 e pagos em janeiro de 2012. A data base para a distribuição do JCP foi 09 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a JSL deliberará em AGO, prevista para 27/04/2012, a distribuição de R$ 2,3 milhões em dividendos, perfazendo assim uma distribuição total de R$ 15,4 milhões (valor bruto), relativos aos resultados de 2011, correspondendo a 100% do dividendo mínimo obrigatório.

Programa de Recompra de Ações

Com o objetivo principal de lastrear o plano de opções de compra de ações da Companhia, o Conselho de Administração havia autorizado em 2010 a recompra de até 2.000.000 de ações ordinárias de sua emissão. As recompras foram realizadas no período entre os dias 13/01/2011 e 20/04/2011 e as ações estão mantidas em tesouraria. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia já havia adquirido um total de 1.944.500 ações.

11) Capital Humano

A JSL acredita em gente e em sua capacidade transformadora na busca de resultados. Para a Companhia, a qualidade de seus serviços está diretamente associada às pessoas. O comprometimento, energia e dedicação de seus colaboradores, têm se tornado parte da sua história de crescimento e um dos seus principais diferenciais.

Ao final de 2011, o quadro de colaboradores da Companhia apresentava 17.755 profissionais, uma adição de 36,9% em relação ao anterior. Este aumento está relacionado à adição dos quase 4 mil dos funcionários da Schio, além do maior número de colaboradores nas operações de Gestão e Terceirização e Transporte de Passageiros, e do quadro de colaboradores alocados em atividades administrativas e comerciais, de forma a preparar a Companhia, inclusive com o rigor adequado nos processos e controles internos, para suportar o crescimento projetado para a JSL para os próximos anos.

A Companhia mantém programas contínuos e estruturados de treinamento, valorizando as competências individuais e os atributos organizacionais. Em 2011, 9.432 colaboradores, ou 68,2% do quadro funcional médio do ano, participaram dos treinamentos. No total, foram aplicadas cerca de 125 mil horas destinadas ao desenvolvimento das equipes operacionais, administrativas, de supervisão e de gerência, sendo, em média, mais de 13 horas de treinamento por colaborador.

12) Responsabilidade Sócio-Ambiental

Para a JSL, ações de responsabilidade socioambiental são parte integrante de seus valores e de sua estratégia de negócios.

Neste sentido, além de iniciativas para minimizar os impactos ambientais das suas operações, através de programas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a correta disposição de

resíduos, redução de ruídos veiculares, combustíveis, lubrificantes e resíduos, beneficiou em 2011, mais de 80 mil pessoas em todo o país pelas iniciativas desenvolvidas ou apoiadas pelo Instituto Julio Simões, instituição mantida pela JSL. Assim a Companhia reforça seu compromisso com a sociedade, com a missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país por meio de ações que promovam a segurança nos transportes. Para isso, o instituto investe no "Pela Vida", programa que iniciou suas ações em abril de 2011, com o foco na saúde e na segurança de motoristas profissionais de ônibus e caminhão e que, no último ano até dezembro de 2011 atendeu mais de 4.600 motoristas. Nos *trailers* do programa, o motorista pode aferir a pressão arterial, realizar testes de glicemia e acuidade visual e calcular o índice de massa corpórea (IMC) e circunferência abdominal. Além das orientações sobre cuidados pessoais e encaminhamentos de saúde, o programa distribui aos motoristas mapas com os pontos de maior ocorrência de acidentes nas rodovias atendidas pelo programa, adesivos para serem colados nos veículos com instruções sobre direção defensiva e cartilhas com dicas sobre economia doméstica e sobre a importância do papel social dos motoristas, para serem compartilhadas com a família do profissional.

O Instituto também desenvolve projetos de voluntariado como o Julio Cidadão, que leva alegria e motivação a pessoas em ambientes hospitalares. Há ainda, programas sociais apoiados como o Projeto Cereias, realizado em Aracruz, no Espírito Santo, para reintegração de animais selvagens à natureza, além de projetos culturais e educacionais voltados para a conscientização ambiental de crianças na fase escolar e da população em geral por todo o Brasil. O Instituto também apóia entidades como a APAE, que contribui com o desenvolvimento de portadores de deficiência intelectual, e ainda mantém a Estância Renascer Manuel Maria, instituição que acolhe em torno de 40 idosos de baixa renda, localizada em Mogi das Cruzes, além de desenvolver ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, junto ao Programa Na Mão Certa.

13) Auditoria Independente

A Ernest Young Terco Auditores Independentes foi contratada pela Companhia para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Em atendimento à instrução CVM no. 381/03 informamos que prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços à JSL:

Natureza	Data do Contrato	Duração	Valor	% do valor contratado para os serviços de auditoria
Revisão Trabalhista	02.08.2011	Até 31.07.2012	R$ 202.963,60	20
Emissão de carta conforto relacionada à 4ª Emissão de Debêntures da JSL*	22.11.2010*	N/A	R$ 150.000,00	14,3
			R$352.963,06	**34,3**

* A conclusão desse contrato se deu com o pagamento, que ocorreu apenas durante o exercício de 2011.

A JSL não possui uma política formal de contratação de serviços junto ao seu auditor independente, mas tem como prática não contratar qualquer serviço, que pela sua natureza ou valor a ser cobrado, possa causar qualquer conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. A JSL entende que as contratações dos serviços acima listados estão em linha com essa prática.

A EYT declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa da JSL.

14) Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

15) Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Conselho de Administração

Fernando Antonio Simões	**Fernando Antonio Simões Filho**	**Adalberto Calil**	**Álvaro Pereira Novis**	**David Barioni Neto**
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Fernando Antonio Simões	**José Pio X Schio**	**Denys Marc Ferrez**	**Fábio Albuquerque Marques Velloso**	**Mauro Tomaz Postali**	**Adriano Thiele**
Presidente	Diretor	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor	Diretor	Diretor

www.jsl.com.br/ri

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Auditadas

JSL S.A. e empresas controladas

31 de dezembro de 2011 e 2010

com Relatório dos Auditores Independentes

Notas Explicativas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

JSL S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JSL S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JSL S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da JSL S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas

São Paulo, 20 de março de 2012.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015.199/O-6
Lourinaldo da Silva Mestre

Contador CRC-1SP126.047/O-8

JSL S.A.

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	*4*	220.063	220.484	399.084	371.119
Títulos e valores mobiliários	*5*	24.096	68.377	44.226	105.096
Contas a receber	*6*	335.155	257.763	478.187	344.505
Estoques	*7*	18.344	8.163	33.220	12.536
Impostos a recuperar	*9*	51.114	30.875	82.297	49.893
Outros créditos	*11*	15.554	26.355	35.737	25.255
Despesas antecipadas	*12*	2.466	6.382	3.636	6.781
		666.792	618.399	1.076.387	915.185
Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	*8*	56.287	31.238	66.648	31.238
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	*5*	-	12.030	-	12.030
Contas a receber	*6*	90.733	106.835	164.018	145.735
Impostos a recuperar	*9*	32.877	26.844	32.877	26.844
Depósitos judiciais	*10*	39.261	15.720	44.228	18.838
Partes relacionadas	*22.1*	1.654	4.831	36	16
Outros créditos	*11*	4.418	8.193	20.838	8.932
		168.943	174.453	261.997	212.395
Investimentos	*13*	480.955	421.796	1.713	1.634
Imobilizado	*14*	1.993.130	1.312.678	2.190.155	1.590.686
Intangível	*15*	242.949	121.989	247.949	125.596
		2.717.034	1.856.463	2.439.817	1.717.916
Total do ativo		3.609.056	2.680.553	3.844.849	2.876.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JSL S.A.

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	*16*	235.111	210.592	246.043	223.560
Debêntures	*17*	703	20.503	703	20.503
Arrendamento financeiro a pagar	*18*	158.918	107.634	188.869	128.631
Fornecedores	*-*	48.088	37.597	57.478	54.461
Obrigações trabalhistas	*19*	72.356	50.534	98.213	71.037
Obrigações tributárias	*20*	30.364	17.986	34.763	33.930
Contas a pagar e adiantamento de clientes	*21*	43.318	78.618	88.383	95.329
Partes relacionadas	*22.2*	4.897	7.995	873	756
Imposto de renda e contribuição social a pagar	*-*	182	5.935	584	12.704
		593.937	537.394	715.909	640.911
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	*16*	1.299.173	684.505	1.334.790	735.842
Debêntures	*17*	360.936	345.842	360.936	345.842
Arrendamento financeiro a pagar	*18*	195.726	82.279	236.586	101.448
Obrigações tributárias	*20*	47.200	35.391	47.317	44.180
Provisões para perdas em investimentos	*13.1*	2.282	5.093	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	*23*	42.589	28.349	43.533	33.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	*25.1*	132.155	135.846	166.644	142.288
Contas a pagar e adiantamento de clientes	*21*	91.667	12.708	95.648	19.734
		2.171.728	1.330.013	2.285.454	1.422.611
Patrimônio líquido					
Capital social	*24*	609.633	601.221	609.633	601.221
Reserva de capital	*27*	60	-	60	-
Ações em tesouraria	*24*	(21.580)	-	(21.580)	-
Avaliação patrimonial	*24*	60.635	100.599	60.635	100.599
Reservas de lucros	*-*	194.643	111.326	194.643	111.326
		843.391	813.146	843.391	813.146
Participação de não controladores	*-*	-	-	95	66
Total do patrimônio líquido		843.391	813.146	843.486	813.212
Total do passivo e patrimônio líquido		3.609.056	2.680.553	3.844.849	2.876.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JSL S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Receita líquida de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	*29*	1.644.234	1.635.644	2.408.237	2.028.459
(-) Custo da prestação de serviços	*30*	(1.184.489)	(1.139.795)	(1.646.745)	(1.379.818)
(-) Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	*-*	(197.087)	(213.169)	(367.764)	(293.555)
		(1.381.576)	**(1.352.964)**	**(2.014.509)**	**(1.673.373)**
(=) Lucro bruto		**262.658**	**282.680**	**393.728**	**355.086**
Despesas administrativas e comerciais	*31*	(116.135)	(104.099)	(157.724)	(119.404)
Despesas tributárias	*-*	(2.195)	(1.478)	(3.387)	(2.362)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	*32*	3.722	36.248	(2.840)	7.896
Resultado com equivalência patrimonial	*13.1*	65.121	14.951	-	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**213.171**	**228.302**	**229.777**	**241.216**
Receitas financeiras	*33*	42.175	44.989	74.123	48.483
Despesas financeiras	*33*	(199.542)	(133.453)	(218.766)	(148.802)
(=) Lucro antes das provisões tributárias		**55.804**	**139.838**	**85.134**	**140.897**
Impostos e contribuições sobre o lucro	*25.2*	1.052	(46.832)	(28.249)	(47.856)
(=) Lucro líquido antes da participação de não controladores		**56.856**	**93.006**	**56.885**	**93.041**
Participação de não controladores		-	-	(29)	(35)
Lucro líquido do exercício		**56.856**	**93.006**	**56.856**	**93.006**
(=) Lucro por ação básico e diluído no final do exercício (em Reais)	*35*	0,2881	0,5147		

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	56.856	93.006	56.856	93.006
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	511.298	446.339	702.120	497.958
Depreciações / Amortizações	176.347	81.495	201.284	88.916
Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços - imobilizado	194.499	213.169	281.728	222.828
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	(65.121)	(14.951)	-	-
Realização de ágio de mais valia do imobilizado	1.678	-	1.678	-
Reversão de IR e CS diferidos	20.275	40.896	24.503	34.197
Provisão/reversão para demandas judiciais e administrativas	4.634	8.683	3.000	11.698
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.988)	527	(4.067)	5.080
Perdas de investimento de operações em continuidade	-	(11.995)	-	-
Provisão para perdas em veículos disponibilizados para venda	251	-	251	-
Participação de não controladores	-	-	29	18
Remuneração com base em ações	60	-	60	-
Juros e variações monetárias s/empréstimos	181.663	128.515	193.654	135.221
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	(140.169)	(297.612)	(278.154)	(401.030)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Títulos e valores mobiliários	56.311	(53.407)	72.900	(90.126)
Contas a receber	5.064	(161.214)	(98.600)	(254.453)
Estoques	(6.563)	997	(17.385)	202
Impostos a recuperar	(2.883)	(3.242)	(19.267)	(21.136)
Partes relacionadas	(1.841)	54.937	(20)	59.328
Depósitos judiciais	(14.596)	(4.883)	(18.056)	(8.001)
Outros créditos	35.171	22.964	4.685	24.397
Despesas antecipadas	5.100	3.755	4.314	3.449
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(1.881)	(10.742)	(8.003)	3.711
Obrigações trabalhistas e tributárias	(36.071)	26.694	(22.848)	25.490
Contas a pagar e adiantamentos	(21.854)	(33.947)	(7.563)	(24.074)
Partes relacionadas	(3.098)	(18.464)	117	(48)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(5.892)	5.935	(12.259)	10.777
Juros pagos s/empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	(147.136)	(126.995)	(156.169)	(130.546)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	427.985	241.733	480.822	189.934
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	(161.184)	-	(161.184)	
Incorporação de controlada	(2.261)	-	-	-
Investimentos de operações	(28.939)	(213.177)	(6)	(1.624)
Ativo imobilizado	(81.876)	(32.507)	(104.929)	(41.953)
Intangível	(1.904)	(513)	(3.783)	(179)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(276.164)	(246.197)	(269.902)	(43.756)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) de capital	(432)	453.912	(432)	453.912
Ações em tesouraria	(21.580)	-	(21.580)	-
Dividendos pagos	(22.089)	(105.414)	(22.089)	(105.414)
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	(108.142)	(224.084)	(138.854)	(234.462)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(152.243)	124.414	(182.955)	114.036
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(421)	119.950	27.965	260.214
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	220.484	100.534	371.119	110.905
No final do exercício	220.063	220.484	399.084	371.119
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(421)	119.950	27.965	260.214
Informações suplementares:				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(28.876)	(8.711)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Vendas e prestação de serviços	1.829.895	1.829.013	2.678.250	2.259.674
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2.988	(527)	4.067	(5.080)
Outras receitas operacionais	31.086	50.276	31.345	26.150
	1.863.969	**1.878.762**	**2.713.662**	**2.280.744**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	715.644	759.405	1.047.344	966.835
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	307.543	189.949	406.476	203.913
	1.023.187	**949.354**	**1.453.820**	**1.170.748**
Valor adicionado bruto	**840.782**	**929.408**	**1.259.843**	**1.109.996**
Retenções				
Depreciação e amortização	176.347	81.495	201.284	88.916
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**664.435**	**847.913**	**1.058.559**	**1.021.080**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimônial	65.121	14.951	-	-
Receitas financeiras	42.175	44.989	74.123	48.483
	107.296	**59.940**	**74.123**	**48.483**
Valor adicionado total a distribuir	**771.731**	**907.853**	**1.132.681**	**1.069.563**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	342.976	345.018	522.652	431.593
Tributos federais	142.662	193.985	259.678	233.788
Tributos estaduais	92.721	85.118	119.883	99.619
Tributos municipais	17.296	23.768	35.150	29.127
Juros e aluguéis	119.220	166.958	138.462	182.430
Juros sobre o capital próprio	13.142	-	13.142	-
Dividendos	361	22.089	361	22.089
Participação de não controladores	-	-	28	35
Lucros retidos do exercício	43.353	70.917	43.325	70.882
	771.731	**907.853**	**1.132.681**	**1.069.563**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos Acionistas Controladores									
					Reserva de lucros						
	Notas	Capital social	Reserva de Capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2009		139.152	-	-	6.040	81.230	-	133.590	360.012	48	360.060
Distribuição de lucros complementar - aprovados AGO em 08 de fevereiro 2010	-	-	-	-	-	(44.852)	-	-	(44.852)	-	(44.852)
Distribuição de lucros intermediarios - referente aos exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Aumento de capital social com emissão de ações - IPO	24.2	446.511	-	-	-	-	-	-	446.511	-	446.511
Aumento de capital social com emissão de ações suplementares - IPO	24.2	31.392	-	-	-	-	-	-	31.392	-	31.392
Custos de transação, líquidos - IPO	24.3	(15.834)	-	-	-	-	-	-	(15.834)	-	(15.834)
Realização do custo presumido ("deemed cost")	-	-	-	-	-	-	32.991	(32.991)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	93.006	-	93.006	18	93.024
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	4.650	-	(4.650)	-	-	-	-
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	-	(22.089)	-	(22.089)	-	(22.089)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	99.258	(99.258)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		601.221	-	-	10.690	100.636	-	100.599	813.146	66	813.212
Recompra de ações	24.4	-	-	(21.580)	-	-	-	-	(21.580)	-	(21.580)
Aumento de capital	24.2	8.697	-	-	-	-	-	-	8.697	-	8.697
Remuneração com base em ações	24.5	-	60	-	-	-	-	-	60	-	60
Custos de transação, líquidos - IPO	24.3	(285)	-	-	-	-	-	-	(285)	-	(285)
Realização do custo presumido ("deemed cost")	24.7	-	-	-	-	-	39.964	(39.964)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	56.856	-	56.856	29	56.885
Remuneração do capital próprio	24.6	-	-	-	-	-	(13.142)	-	(13.142)	-	(13.142)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	24.6	-	-	-	-	-	(361)	-	(361)	-	(361)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.843	-	(2.843)	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	80.474	(80.474)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		609.633	60	(21.580)	13.533	181.110	-	60.635	843.391	95	843.486

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre a Companhia

A JSL S.A. (doravante denominada como “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social localizada na Av. Angélica, nº 2.346, conjunto 161, parte B, 16º andar, em São Paulo, no Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação JSLG3 para as ações ordinárias.

A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes a prestação de serviços em operações de logística, transporte rodoviário de cargas, transporte coletivo de passageiros, coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial, locação de máquinas, equipamentos e veículos, novos e usados e a exploração de transporte fluvial de cargas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2012.

A Companhia, com a aprovação de seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2010, alterou sua razão social de Julio Simões Logística S.A. para JSL S.A..

Durante o transcorrer dos anos, buscando sinergia na estrutura comercial de prestação de serviços, mercantil, operacional e administrativa, a Companhia realizou diversas operações societárias, consolidando em uma única empresa todas as participações societárias alinhadas com sua atividade operacional, bem como descontinuou investimentos em controladas cuja operação não estava alinhada com sua estratégia de negócios. Neste mesmo sentido, em cumprimento do seu planejamento estratégico, ampliou negócios em atividades similares ou complementares, realizando aquisições de outras empresas, iniciando novas operações e segregando atividades similares.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou importante transação envolvendo combinação de negócios e incorporação de subsidiárias, conforme divulgado na Nota Explicativa 3.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas:

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		% Participação	
Razão Social	**País sede**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
JP Tecnolimp S/A	Brasil	99,00	99,00
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Transportadora Grande ABC Ltda. (i)	Brasil	-	99,99
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	Brasil	99,99	99,99
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Riograndense Navegação Ltda. (ii)	Brasil	99,99	99,99
JSL Locações Ltda. (iii)	Brasil	99,99	-

i) Empresa incorporada pela Controladora em 29 de dezembro de 2011;

ii) Empresa em fase pré-operacional;

iii) Empresa constituída em 18 de julho de 2011 com capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R$ 200.000 (duzentos mil Reais) divididos em 200.000 quotas, no valor de R$ 1,00 (um Real) pelas empresas JSL S.A. e Yolanda Logística, Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda. tendo como objeto o seguinte:

- *Locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos com ou sem condutor;*
- *Prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e*
- *Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.*

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras de todas as empresas consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado no momento do resgate. Para fins da demonstração de fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são demonstrados deduzidos de contas garantidas.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Representam aplicações financeiras vinculadas à linha de financiamentos e aplicações financeiras em modalidade de títulos públicos sem liquidez imediata, mas de natureza circulante.

2.5 Contas a receber

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros. A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes, especialmente aqueles com títulos vencidos há mais de 90 dias. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.7 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia designou caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer

ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. A Companhia designou nessa categoria as contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

c. Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluso na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira, na demonstração de resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

d. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando-se o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. A

Companhia não registrou ativos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

e. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

f. Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, "default" ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com "defaults".

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro a pagar, fornecedores, contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A Companhia também não havia contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC38 (IAS 39). Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme índices e cotações de fechamento de cada período.

d. Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

2.8 Estoques

Os itens de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perdas em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.
Os veículos adquiridos de montadoras para revenda a terceiros são avaliados pelo custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização.

2.9 Bens disponibilizados para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Companhia precisa renovar constantemente sua frota após um determinado período de uso. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para “bens disponibilizados para venda”.

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.10 Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa 14, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda.

A Companhia pratica valores de venda diferenciados para os veículos e, portanto, estima as respectivas taxas de depreciação e as aplica linearmente sobre a frota de veículos e máquinas para compensar ganhos e perdas entre o valor estimado de venda e o custo do veículo no momento da venda desse ativo.

A depreciação de veículos e máquinas compõem o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

O ágio decorrente de mais valia de ativo imobilizado é amortizado, levando em consideração a estimativa de vida útil dos ativos a que deram origem e respectivas baixas do período.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de

passivo de arrendamento financeiro de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pela Companhia.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendador

Arrendamentos para os quais a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o grupo não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.12 Intangível

Os ativos intangíveis são representados substancialmente pelos ágios ("*goodwill*"), fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Companhia, os quais foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, sendo que, a partir de 01 de janeiro de 2009, são submetidos anualmente à avaliação do valor recuperável conforme Nota Explicativa 15.

2.13 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "*impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de "*impairment*" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

2.14 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com

base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

b. Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

d. Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida como arrendamento operacional, de forma linear, pelo prazo do contrato.

2.15 Impostos

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Na Controladora são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas, com faturamento anual do exercício anterior inferior a R$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para estas controladas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição

social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

c. Imposto sobre receitas

Ativos, passivos e despesas são reconhecidos líquidos dos impostos, exceto quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em conseqüência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a

avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões (CPC 25); ou
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30).

2.17 Operações controladas em conjunto (Consórcios)

A Companhia mantém operações em consórcios (1 2 3, Unileste, Sorocaba e Metropolitano de Transportes), na qual os empreendedores mantém acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações.

As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de ativos e outros recursos da Companhia, assim como dos outros participantes do Consórcio em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A Companhia registra os ativos por ela controlados, os passivos e as despesas por ela incorridos, bem como a sua parcela relacionada à receita de prestação de serviços.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.19 Pagamentos baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus colaboradores com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende de termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos

utilizados para estimar o valor justo baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa 27. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados, em contrapartida da reserva de capital, no Patrimônio Líquido.

2.20 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC41 (IAS 33).

2.21 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios, que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.22 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.23 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.24 Informações por segmento

A Companhia está organizada em um único segmento que é a venda de prestação de serviços. A administração da Companhia revisa regularmente os resultados desse segmento de forma consolidada, apesar de existir uma divisão por linhas de negócios: Serviços Dedicados à Cadeia de Suprimentos, Gestão e Terceirização de Frotas/Equipamentos, Transporte de Passageiros e Transporte de Cargas Gerais. Os negócios da Companhia são formalizados, em sua maioria, por contratos, os quais tem no seu ciclo, desde a compra, a utilização e a posterior venda desses ativos.

2.25 Pronunciamentos do IFRS que ainda não haviam entrado em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia, de forma razoável, espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes*
  Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1 ° de janeiro de 2012.

- *IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes*
  Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1 ° de janeiro de 2012.

- *IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)*
  O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1° de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- *IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)*

  Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1° de janeiro de 2013.

- *IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)*

  Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1 ° de janeiro de 2013.

- *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas*

  Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1° de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração*

  O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1 ° de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

- *IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas*

  O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras

Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a Administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1 ° de janeiro de 2013.

- *IFRS 11 - Acordos Conjuntos*

  Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1° de janeiro de 2013.

- *IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo*

  Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1° de janeiro de 2013.

2.26 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a

contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade é alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.27 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

b. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

b.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros

esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 15.2.

b.2. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b.5. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações baseadas em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota Explicativa 27.

3 Combinação de negócios

Em dezembro de 2011, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária aprovou a compra da totalidade das ações representativas do capital social da Rodoviário Schio S.A. (“Schio”), uma empresa que atua no ramo de transporte de cargas, logística e armazenagem. A compra foi motivada pela entrada em novas linhas de negócios (alimentício e refrigerados) e no mercado internacional, onde a Schio tem a expertise.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Schio, na data da aquisição, é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.073
Contas a receber	49.298
Estoques	3.299
Impostos a Recuperar	19.170
Outros créditos	10.510
Despesas do exercício seguinte	1.169
Depósitos judiciais	7.333
Investimentos	73
Imobilizado líquido	262.233
Intangível	791
	354.947
Passivos	
Empréstimos e Financiamentos	(160.773)
Fornecedores	(11.165)
Obrigações trabalhistas	(19.012)
Obrigações Tributárias	(34.982)
Provisões Tributárias	(139)
Contas a Pagar e Adiantamentos	(3.552)
Leasing a Pagar	(1.305)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(7.256)
	(238.185)
Total dos ativos identificáveis líquidos	**116.763**
Ágio por rentabilidade futura	119.191
Valor total da compra	**235.954**

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos valores da combinação de negócios é composto como segue:

Empresa	Rodoviário Schio S.A.
Setor de Atuação	Transporte de cargas, Logística e Armazenagem
Data da Aquisição	08/12/2011
Participação Societária Adquirida	100%
Participação da Cia. após a Operação	100%
Valor da Operação	405.000
Correção monetária (CDI)	152
(-) Dívida Líquida (i)	(154.716)
Valor a pagar bruto	**250.436**
(-) Redução relativa ao valor pago em ações (ii)	(14.483)
Valor pago	**235.953**
Valor pago em espécie	162.256
Valor pago em ações da própria Companhia	8.697
Valor retido (iii)	65.000
Agio apurado na aquisição	**181.769**
Alocação do Ágio	
Imobilizado	61.878
Intangível	700
Rentabilidade futura	119.191
Total	**181.769**

i) Dívida líquida: a dívida líquida da Companhia foi apurada pelas partes com base nas informações financeiras com data base 30 de junho de 2011 e corresponde ao valor de R$ 154.716.

ii) Redução relativa à parcela paga em ações da própria Companhia, que foram capitalizadas pelo custo contábil correspondente a 12,5% do capital da adquirida. Parte do pagamento do preço de aquisição distribuído a um dos ex-sócios da Schio foi realizado por meio de incorporação de ações de titularidade da Schio, pela JSL. Em 29 de dezembro de 2011, foi realizada AGE com a presença de acionistas representando cerca de 78,07% do capital social votante da Companhia. Nesta Assembléia, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 8.697 mediante a emissão de 2.439.944 ações ordinárias sem valor nominal. Essas ações foram subscritas e integralizadas pelo ex-acionista da Schio, em razão da incorporação desta empresa pela JSL S.A. e a consequente emissão de novas ações da JSL que foram entregues ao referido acionista, conforme demonstrado a seguir:

Valor da Parcela de Aquisição	23.179
Valor definido para conversão em ações	9,50
Quantidade de ações	2.439.944
Valor patrimonial contábil da Schio (Base 31/12/2010)	69.576
Participação adquirida	12,5%
Valor contábil da aquisição	8.697
Redução	**14.483**

iii) Este valor será corrigido a 100% do CDI, e será pago ou utilizado para pagamento de cada contingência materializada, compreendendo quaisquer obrigações da Schio e de suas subsidiárias de qualquer natureza (trabalhista, tributária, cível, comercial, societária, consumerista, ambiental), e que sejam ou venham a ser objeto de reivindicação, reclamação ou lançamento por quaisquer terceiros até 02 de janeiro de 2017, até o limite do valor retido.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Fundo Exclusivo Bradesco				
Debêntures	5.249	44.450	15.477	68.385
Operações compromissada	-	109.856	-	169.013
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	40.254	15.066	107.940	23.179
Outros	-	3.694	-	5.683
	45.503	**173.066**	**123.417**	**266.260**
Fundo Exclusivo CEF				
Debêntures	18.677	-	29.219	-
Operações compromissada	38.970	14.100	60.966	60.763
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	102.563	-	160.451	-
	160.210	**14.100**	**250.636**	**60.763**
Outras Aplicações				
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	3.126	23.656	8.862	24.137
Disponibilidades				
Caixa	835	646	1.931	1.385
Bancos	10.389	9.016	14.238	18.574
	11.224	**9.662**	**16.169**	**19.959**
Total ativo circulante	**220.063**	**220.484**	**399.084**	**371.119**

A Companhia possui aplicações no Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado JSL e na Caixa Econômica Federal Fundo de Investimento JSL Multimercado Crédito Privado, sendo o Bradesco S/A e a Caixa Econômica Federal, respectivamente, os administradores e os responsáveis pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e liquidação financeira de suas operações.

Os fundos exclusivos são anualmente auditados por outros auditores independentes e estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídos à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

O rendimento médio das aplicações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 0,90% a.m. (0,75% a.m. em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e valores mobiliários

Uma parte das aplicações dos fundos exclusivos estão demonstrados na rubrica de "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante, devido seu grau de liquidez não ser imediato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Fundo Exclusivo Bradesco				
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.924	-	5.672	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	2.794	68.377	8.240	105.096
	4.718	**68.377**	**13.911**	**105.096**
Fundo Exclusivo CEF				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	17.600	-	27.533	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.778	-	2.781	-
	19.378	**-**	**30.315**	**-**
Outras Aplicações				
Obrigação vinculada 2ª emissão debêntures Banco do Brasil (i)	-	12.030	-	12.030
	24.096	**80.407**	**44.226**	**117.126**
Ativo circulante	24.096	68.377	44.226	105.096
Ativo não circulante	-	12.030	-	12.030
Total	**24.096**	**80.407**	**44.226**	**117.126**

i) O saldo de R$ 12.030 em 31 de dezembro de 2010 estava vinculado a amortizações de empréstimos contraídos juntos às instituições financeiras custodiantes. Com a liquidação da 2ª emissão das debêntures, realizada no dia 6 de julho de 2011, não temos mais a obrigatoriedade de mantermos nesta rubrica.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Contas a receber (i)	273.804	200.461	478.099	316.319
Receita a faturar (ii)	70.368	57.881	89.717	77.120
Receita de arrendamento - venda (iii)	107.311	132.384	107.311	132.384
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (iv)	(25.595)	(26.128)	(32.922)	(35.583)
	425.888	**364.598**	**642.205**	**490.240**
Ativo circulante	335.155	257.763	478.187	344.505
Ativo não circulante	90.733	106.835	164.018	145.735
Total	**425.888**	**364.598**	**642.205**	**490.240**

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) As contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 90 dias são registradas ao seu valor presente na contabilização inicial da transação, de acordo com a variação da taxa básica de juros (SELIC), por aproximar-se da taxa média utilizada pela Companhia na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando incorridos;

ii) Receita a faturar refere-se aos conhecimentos de transportes emitidos e reconhecidos como receita do exercício de acordo com a competência e efetiva prestação de serviços. Com base nas medições de serviços prestados que são efetuadas de um período a outro, também reconhecemos nesta rubrica o período de direito no mês;

iii) A Companhia registrou no ativo circulante e não circulante as contas a receber de contratos de locação de equipamentos enquadrados como venda, em conformidade com o CPC06. As receitas financeiras futuras não reconhecidas totalizam R$ 13.107 em 31 de dezembro de 2011 (R$19.256 em 31 de dezembro de 2010); e

iv) A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**(26.128)**	**(35.583)**
(+) Adições	(13.200)	(14.276)
(+) Adições resultantes de combinação de negócios	(1.406)	(1.406)
(+) Adições por incorporação de empresas	(1.049)	-
(-) Utilização (perda efetiva)	7.067	7.374
(-) Valores estornados e não utilizados	9.121	10.969
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(25.595)**	**(32.922)**

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação por vencimentos (aging list)

	Contas a receber líquido			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Vencidos há mais de 365 dias	2.934	8.313	5.302	8.830
Vencidos de 181 a 365 dias	9.277	6.030	9.829	7.765
Vencidos de 91 a 180 dias	6.136	4.359	5.949	5.146
Vencidos de 31 a 90 dias	10.617	15.318	12.030	16.059
Vencidos em até 30 dias	34.413	27.276	49.031	32.365
Vencidos	**63.377**	**61.296**	**82.141**	**70.165**
A vencer em até 30 dias	208.061	141.160	256.504	184.565
A vencer de 31 a 90 dias	35.181	17.655	47.701	24.699
A vencer de 91 a 180 dias	12.794	11.340	35.597	20.707
A vencer de 181 a 365 dias	17.651	20.785	63.262	37.404
A vencer após 365 dias	88.824	112.362	157.001	152.700
A vencer	**362.511**	**303.302**	**560.065**	**420.075**
Total	**425.888**	**364.598**	**642.205**	**490.240**

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Material uso e consumo	11.055	8.577	25.879	12.905
Almoxarifado	546	326	612	379
Mercadorias para revenda (i)	7.729	-	7.730	-
Outros	34	55	34	55
(-) Provisão para perdas	(1.021)	(795)	(1.035)	(803)
Total	**18.344**	**8.163**	**33.220**	**12.536**

i) Veículos usados adquiridos de clientes em atendimento a contratos firmados de prestação de serviços, destinados à revenda.

Movimentação da provisão para perdas

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	**(795)**	**(803)**
(+) Adições	(1.052)	(1.067)
(+) Adições por incorporação de empresa	(68)	(68)
(-) Baixas	894	903
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	**(1.021)**	**(1.035)**

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)

Como resultado do processo de renovação de frota, a Companhia disponibiliza bens (veículos e máquinas e equipamentos) para venda. Nessa rubrica, conforme preceitua o CPC 31 (IFRS 5), estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da operação, estão disponíveis para venda imediata.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o custo residual, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vende-los.

Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, considerando tal circunstância, a sua venda, em prazo inferior a um ano, é altamente provável.

Essa mudança de critério de classificação atende às modificações impostas pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis, não modificando, contudo, a natureza da operação de venda dos bens, como ativos imobilizados, para efeitos fiscais.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	44.917	27.824	60.043	35.467
Imposto de Renda e Contribuição Social antecipado	2.722	-	2.722	6.352
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	931	9.852	1.630	10.874
IR / CS a compensar	26.517	12.935	37.185	12.935
Contribuição Social Retida na Fonte (CSRF)	2.130	2.865	2.132	3.139
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	2.250	3.292	5.806	5.889
INSS a recuperar	3.860	-	3.860	-
ISS a recuperar	252	636	908	1.265
PIS / COFINS	312	265	778	687
Outros impostos	100	50	110	129
	83.991	**57.719**	**115.174**	**76.737**
Ativo circulante	51.114	30.875	82.297	49.893
Ativo não circulante	32.877	26.844	32.877	26.844
Total	**83.991**	**57.719**	**115.174**	**76.737**

i) O ICMS está representado principalmente pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, compensado à razão mensal de 1/48 avos, conforme a legislação fiscal vigente. É registrado a valor presente na contabilização inicial do crédito de acordo com a variação do IPCA, por assemelhar-se ao índice esperado na indexação do ativo fixo a ser renovado. Os encargos financeiros são reconhecidos como receitas financeiras quando incorridos.

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Os saldos dos depósitos estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Trabalhistas (i)	27.031	13.138	28.177	14.056
Cíveis (ii)	11.406	1.593	15.227	3.793
Tributárias (ii)	824	989	824	989
Total	**39.261**	**15.720**	**44.228**	**18.838**

i) Refere-se, basicamente, ao volume de depósitos recursais de processos em andamento e bloqueios judiciais de contas correntes bancárias da Companhia. A Companhia está interpondo embargos à execução de forma a desbloquear total ou parcialmente os valores bloqueados; e

ii) Refere-se a garantias exigidas para continuidade dos processos.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Valores a receber - CMT (i)	1.729	15.142	18.808	15.163
Valores a receber contrato gestão de ativos	-	-	15.439	-
Adiantamentos aos fornecedores	3.366	1.628	5.169	2.321
Valores a receber – Incorporação Lubiani	2.329	-	2.329	-
Outros créditos	3.178	1.525	4.733	5.038
Valores a receber - Consórcios	1.358	-	2.123	-
Adiantamentos aos funcionários	2.317	1.417	2.627	1.586
Adiantamentos a terceiros	2.900	-	2.900	-
Garantias contratuais	-	-	1.135	627
Sinistros a receber	605	909	605	909
Caução imobiliárias	527	173	700	-
Projeto melhoria de produtividade (ii)	-	8.543	-	8.543
Valores a receber - Intercompany (iii)	1.663	5.211	7	-
Total	**19.972**	**34.548**	**56.575**	**34.187**
Ativo circulante	15.554	26.355	35.737	25.255
Ativo não circulante	4.418	8.193	20.838	8.932
Total	**19.972**	**34.548**	**56.575**	**34.187**

i) Saldo correspondente a valores mantidos pelo Consórcio Metropolitano de Transportes (Transporte urbano de passageiros) para o exercício de sua atividade operacional;

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) Valor referente a despesas antecipadas com projeto de melhoria de produtividade, o qual foi reembolsado/amortizado de acordo com o contrato de prestação de serviço; e

iii) Substancialmente composto pelos aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos com sua controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (Vide Nota Explicativa 22.1)

12 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Seguros a apropriar	1.733	2.394	2.801	2.772
Outras despesas a apropriar	733	651	835	672
Aluguéis a apropriar (i)	-	3.337	-	3.337
Total	**2.466**	**6.382**	**3.636**	**6.781**

i) Adiantamento de arrendamento operacional com a empresa Ribeira Imóveis Ltda. com contrato assinado em 31 de agosto de 2009 e finalizado em maio de 2011. (vide Nota Explicativa 22.4).

13 Investimentos

						Controladora
Investimentos	**Patrimônio Líquido**	**Participação %**	**Aportes de Capital**	**Equivalência Patrimonial**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2011**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2010**
JP Tecnolimp S.A.	9.549	99,00000	-	2.875	9.454	6.578
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	4.102	99,99980	-	1.531	4.101	2.570
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (i)	462.619	99,99998	37.677	68.629	462.619	407.365
Transportadora Grande ABC Ltda. (Incorporada em 29/12/2011)	-	99,99999	8.738	(8.676)	-	6
Ágio s/ mais valia dos ativos (Incorporada TGABC) (ii)	-	-	-	-	-	3.643
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	3.068	99,99998	5.018	3.142	3.068	-
Rodoviário Schio S.A. (Incorporada em 29/12/2011)	-	-	-	100	-	-
JSL Locações Ltda.	(2.282)	99,99950	200	(2.482)	-	-
Total de investimentos permanentes			51.634	65.121	479.242	420.162

Outros Investimentos	**Patrimônio Líquido**	**Participação %**	**Outros**	**Resultado do exercício**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2011**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2010**
Work Container Ind. Transf. Plast. Ltda. (iii)	7.386	0,24370	-	18	18	12
Interpass Participações S/A. (iii)	25.210	6,43395	-	1.622	1.622	1.622
Centronor - Centro Rein. Mot. Região Nordeste	601	12,14642	-	73	73	-
Total de outros investimentos			-	1.713	1.713	1.634
Total de investimentos na controladora			51.634	66.834	480.955	421.796

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado	
Investimentos	**Patrimônio Líquido**	**Participação %**	**Resultado do exercício**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2011**	**Investimentos Permanentes em 31/12/2010**
Work Container Ind. Transf. Plast. Ltda. (iii)	7.386	0,24370	18	18	12
Interpass Participações S/A. (iii)	25.210	6,43395	1.622	1.622	1.622
Centronor - Centro Rein. Mot. Região Nordeste	601	12,14642	73	73	-
Total dos investimentos			1.713	1.713	1.634

i) Aporte de capital realizado pela controladora com bens do ativo imobilizado;

ii) Corresponde à mais-valia de imobilizado apurado na aquisição da Transportadora Grande ABC Ltda. líquido das amortizações acumuladas, calculadas conforme depreciação e/ou alienação dos bens que lhe deram origem. Em dezembro de 2011 o investimento foi incorporado pela Controladora; e

iii) Avaliados pelo método de custo.

13.1. Movimentação dos investimentos

Investimento	**Investimentos permanentes 31/12/2010**	**Aportes de Capital**	**Realização do ágio s/ mais valia dos ativos**	**Resultado de equivalência patrimonial em 2011**	**Dividendos e Juros s/ Capital Próprio**	**Outros**		**Investimentos permanentes em 31/12/2011**	**Resultado de equivalência patrimonial em 2010**
JP Tecnolimp S.A.	6.578	-	-	2.875	-	-		9.454	2.848
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	2.570	-	-	1.531	-	-		4.101	943
CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	407.365	37.677	-	68.629	(22.743)	(28.309)	(i)	462.619	21.629
Transportadora Grande ABC Ltda. (Incorporada em 29/12/2011)	6	8.738	-	(8.676)	-	(68)		-	(11.940)
Ágio s/ mais valia dos ativos (Incorporada TGABC)	3.643	-	(1.678)	-	-	(1.965)	(ii)	-	-
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	-	5.018	-	3.142	-	(5.093)	(iii)	3.068	1.471
Rodoviário Schio S.A. (Incorporada em 29/12/2011)	-	-	-	100	-	(100)	(iv)	-	-
JSL Locações Ltda.	-	200	-	(2.482)	-	2.282	(v)	-	-
Total	**420.162**	**51.634**	**(1.678)**	**65.121**	**(22.743)**	**(33.253)**		**479.242**	**14.951**

i) O montante de R$ 28.309 refere-se ao imposto diferido passivo sobre mais valia de imobilizado transferido da controladora para a controlada CS Brasil decorrente da operação de aumento de capital realizada em dezembro de 2010;

ii) Saldo do ágio corresponde a mais-valia de imobilizado apurado na aquisição da Transportadora Grande ABC Ltda. transferido para Controladora na rubrica do ativo imobilizado em decorrência da incorporação;

iii) Saldo da provisão para perdas em investimentos registrada em 31 de dezembro de 2010 e revertida em 2011;

iv) Baixa de investimento devido incorporação; e

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

v) Saldo da provisão para perdas em investimentos registrada no passivo em 31 de dezembro de 2011.

13.2. Investimentos em controladas

A participação de ativos, passivos, receitas e despesas nas empresas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas estão abaixo:

								31/12/2011 Consolidado
	JSL Locações Ltda.	Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	Transportadora Grande ABC Ltda. (i)	JP Tecnolimp S.A.	Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Controladora CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Work Container Indústria de Transformação Plástica Ltda.	Interpass Participações S.A.
Ativo Circulante	160	2.961	-	5.547	13.316	399.764	1.947	241.878
Ativo Não Circulante	38.911	5.327	-	4.828	200	251.584	5.875	23.513
Passivo Circulante	12.937	1.121	-	826	9.415	105.235	281	240.181
Passivo Não Circulante	28.415	4.099	-	0	-	83.494	155	-
Patrimônio Líquido / (Passivo a descoberto)	(2.282)	3.068	-	9.549	4.101	462.619	7.386	25.210
Receitas	0	14.555	-	6.859	1.853	709.338	2.802	24.375
Despesas	(2.482)	(11.413)	-	(3.955)	(322)	(640.710)	3.412	(10.303)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	(2.482)	3.142	-	2.904	1.531	68.629	6.214	14.072

							31/12/2010 Consolidado
	Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	Transportadora Grande ABC Ltda.	JP Tecnolimp S.A.	Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	Controladora CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Work Container Indústria de Transformação Plástica Ltda.	Interpass Participações S.A.
Ativo Circulante	2.661	14.148	3.185	5.985	276.223	2.283	198.013
Ativo Não Circulante	2.369	27.612	4.486	3.748	294.493	10.258	25.748
Passivo Circulante	6.966	20.141	866	7.163	85.852	309	190.089
Passivo Não Circulante	3.157	21.613	160	-	77.499	1.079	-
Patrimônio Líquido / (Passivo a descoberto)	(5.093)	6	6.645	2.570	407.365	11.153	33.672
Receitas	8.611	89.001	6.924	1.391	294.341	2.752	13.958
Despesas	(7.130)	(100.941)	(4.049)	(448)	(272.712)	(1.669)	(4.960)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	1.481	(11.940)	2.875	943	21.629	1.083	8.998

i) Empresa incorporada pela Controladora em 29 de dezembro de 2011.

13.3. Incorporações de empresas

Em 29 de dezembro de 2011, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação pela Companhia dos acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
Transportadora Grande ABC Ltda.	24.457	19.350	15.179	26.910	1.718
Rodoviário Schio S.A.	86.918	206.645	63.239	113.966	116.358

Notas Explicativas

JSL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme protocolo de incorporação aprovado em AGE de 29 de dezembro de 2011, os acervos líquidos foram avaliados por empresa especializada que emitiu os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido ao valor contábil das sociedades com data base em 30 de novembro de 2011 (Rodoviário Schio S.A.) e 29 de dezembro de 2011 (Transportadora Grande ABC Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

Controladora

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:									
Em 31 de dezembro de 2010	1.244.716	171.327	5.677	56.722	6.603	4.529	2.078	164	1.491.816
Adições por Incorporação de Empresa	11.269	1.729	28	64	1.595	1.090	-	7.857	23.633
Adições resultantes de combinação de negócios (Nota 3)	249.909	34.890	12.075	-	1.743	3.247	-	36.479	338.344
Adições	628.500	114.260	37.893	199	3.625	2.672	-	271	787.420
Ágio mais valia (Incorporada Schio)	32.000	14.000	-	-	-	-	-	15.878	61.878
Ágio mais valia (Incorporada TGABC)	1.965	-	-	-	-	-	-	-	1.965
Baixas	(261.425)	(15.071)	-	-	140	-	-	-	(276.356)
Transferências	(630)	3.653	(8.268)	5.246	-	-	-	-	0
Baixas com operações especiais (*)	(20.895)	(13.471)	-	-	(6)	-	-	(758)	(35.130)
Em 31 de dezembro de 2011	1.885.409	311.317	47.405	62.231	13.701	11.538	2.078	59.891	2.393.570
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável :									
Em 31 de dezembro de 2010	(147.855)	(22.447)	-	(1.924)	(4.534)	(2.221)	(82)	(75)	(179.138)
Adições por Incorporação de Empresa	(2.723)	(859)	-	(1)	(1.252)	(707)	-	(383)	(5.924)
Adições resultantes de combinação de negócios (Nota 3)	(107.627)	(20.761)	-	-	(1.038)	(1.601)	-	(6.961)	(137.988)
Despesa de depreciação no exercício	(145.652)	(23.382)	-	(4.420)	(1.125)	(491)	(104)	(191)	(175.365)
Baixas	73.986	8.070	-	-	-	-	-	-	82.056
Baixas com operações especiais (*)	14.346	1.974	-	-	(8)	-	-	-	16.312
Em 31 de dezembro de 2011	(315.525)	(57.405)	-	(6.345)	(7.957)	(5.020)	(186)	(7.610)	(400.047)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável (iv):									
Adições por Incorporação de Empresa	(393)	-	-	-	-	-	-	-	(393)
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.096.861	148.880	5.677	54.798	2.069	2.308	1.996	89	1.312.678
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.569.491	253.912	47.405	55.886	5.744	6.518	1.892	52.281	1.993.130
Taxas médias da depreciação (%):									
Leves	8,9	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	8,5	8,6	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	4,0	20,0	10,0	5,0	10,0	

(*) Refere-se ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação de frota).

Consolidado

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Construções em Andamento (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros (ii)	Computadores e periféricos	Móveis e Utensílios	Embarcações (iii)	Outros	Total
Custo ou avaliação:									
Em 31 de dezembro de 2010	1.563.034	180.103	5.875	56.526	8.368	5.780	2.078	9.449	1.831.213
Adições resultantes de combinação de negócios (Nota 3)	249.909	34.890	12.075	-	1.743	3.247	-	36.479	338.344
Adições	702.065	108.713	39.837	353	3.137	2.945	-	5.823	862.873
Ágio mais valia (Incorporada Schio)	32.000	14.000	-	-	-	-	-	15.878	61.878
Ágio mais valia (Incorporada TGABC)	1.965	-	-	-	-	-	-	-	1.965
Baixas	(387.335)	(15.908)	-	-	140	-	-	-	(403.103)
Transferências	647	4.083	(12.323)	9.493	-	-	-	(1.900)	-
Baixas com operações especiais (*)	(51.884)	(15.274)	-	-	(7)	-	-	(803)	(67.968)
Em 31 de dezembro de 2011	2.110.401	310.607	45.464	66.372	13.381	11.973	2.078	64.926	2.625.203
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável :									
Em 31 de dezembro de 2010	(204.628)	(24.432)	-	(1.924)	(5.729)	(2.891)	(82)	(448)	(240.134)
Adições resultantes de combinação de negócios (Nota 3)	(107.627)	(20.761)	-	-	(1.038)	(1.601)	-	(6.961)	(137.988)
Despesa de depreciação no exercício	(169.084)	(24.113)	-	(4.438)	(1.316)	(597)	(104)	(272)	(199.923)
Baixas	113.100	8.272	-	-	-	-	-	-	121.373
Baixas com operações especiais (*)	19.519	2.121	-	-	(8)	-	-	(8)	21.624
Em 31 de dezembro de 2011	(348.719)	(58.913)	-	(6.362)	(8.091)	(5.089)	(186)	(7.689)	(435.048)
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável (iv):	(393)	-	-	-	-	-	-	-	(393)
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.358.013	155.671	5.875	54.602	2.639	2.889	1.996	9.001	1.590.686
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.761.682	251.694	45.464	60.010	5.290	6.884	1.892	57.237	2.190.155
Taxas médias da depreciação (%):									
Leves	8,9	-	-	-	-	-	-	-	
Pesados	8,5	8,6	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	4,0	20,0	10,0	5,0	10,0	

(*) Refere-se ao efeito da movimentação dos bens disponibilizados para venda (renovação de frota).

i) Benfeitorias relativas à construção do terminal intermodal em Itaquaquecetuba, composto por 4 (quatro) galpões, para atender as atividades de armazenagem. Atualmente estão concluídos 2 (dois) galpões e os demais serão construídos mediante demanda da operação. Inclui juros de empréstimos capitalizados no valor de R$ 210 no exercício de 2011 (R$ 2.230 no exercício de 2010);

ii) Saldos substancialmente compostos por gastos com construção da garagem Unileste/Poá que estão sendo amortizados segundo prazo de locação do terreno (5 anos), e saldos correspondentes à primeira fase das obras do terminal intermodal de Itaquaquecetuba;

iii) Refere-se à embarcação para prestação de serviços de dragagem; e

iv) Na revisão anual do valor contábil de seus ativos em 2010, a Companhia identificou que parte dos veículos de sua controlada Transportadora Grande ABC Ltda. (incorporada em 29 de dezembro de 2011) encontrava-se com seu valor contábil excedente ao valor recuperável, apurado através do valor líquido de venda dos respectivos bens. A Controladora registrou provisão reduzindo o valor contábil ao valor recuperável com contrapartida em custos dos serviços prestados, no resultado do exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas subsidiárias adquiriram ativos no montante de R$ 862.873 (R$798.648 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). Estes ativos foram, substancialmente, adquiridos por meio de Finame e operações de arrendamento mercantil, nas condições mencionadas nas Notas Explicativas 16 e 18. No mesmo exercício, a Companhia e suas controladas desembolsaram R$ 104.929 (R$ 41.953 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010) para pagamento desses ativos.

Os valores residuais dos veículos e máquinas, os quais são compostos por seus custos de aquisições, menos a depreciação acumulada até aquela data, são comparados com seus valores esperados de realização (venda), os quais são baseados em tabelas de preços de carros seminovos divulgados por empresas e associações, como FIPE e Molicar.

Adicionalmente, para os bens que apresentaram um valor residual superior ao valor de venda no mercado de usados, foram analisados os contratos de prestação de serviço ou locação e, para esses casos, foram obtidos os valores em uso (valor presente de fluxo de caixa futuro estimado desses contratos), conforme determinado pelo CPC01 (IAS 36) e não foi verificada a necessidade de constituição de provisão para ajuste ao valor recuperável.

15 Intangível

	Controladora							
	Ágio decorrente da combinação de negócios da Rodoviário Schio S.A (v)	Ágio decorrente da aquisição da Lubiani Transportes Ltda. (i)	Ágio decorrente da aquisição da Transportadora Grande ABC Ltda. (i)	Ágio decorrente da aquisição da Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda. (i)	Softwares (iii)	Direito de Uso	Marcas e patentes	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de dezembro de 2010	-	73.011	85.511	6.233	5.850	96	165	170.866
Adições por Incorporação de Empresa	-	-	-	-	294	-	-	294
Adições resultantes de combinação de negócios	119.191	-	-	-	-	-	791	119.982
Adições	-	-	-	-	1.264	-	-	1.264
Transferências	-	-	-	-	638	-	-	638
Em 31 de dezembro de 2011	119.191	73.011	85.511	6.233	8.046	96	956	293.044
Amortização:								
Em 31 de dezembro de 2010	-	(42.652)	(2.451)	(208)	(3.546)	-	(20)	(48.877)
Adição por Incorporação de Empresa	-	-	-	-	(140)	-	-	(140)
Despesa de amortização no exercício	-	-	-	-	(980)	-	(2)	(982)
Baixas	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Em 31 de dezembro de 2011	-	(42.652)	(2.451)	(208)	(4.666)	(96)	(22)	(50.095)
Intangível líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	30.359	83.060	6.025	2.304	96	145	121.989
Saldo em 31 de dezembro de 2011	119.191	30.359	83.060	6.025	3.380	-	934	242.949

	Consolidado									
	Ágio decorrente da combinação de negócios da Rodoviário Schio S.A (v)	Ágio decorrente da aquisição da Lubiani Transportes Ltda. (i)	Ágio decorrente da aquisição da Transportador a Grande ABC Ltda. (i)	Ágio decorrente da aquisição da Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda. (i)	Softwares (iii)	Direito de Uso	Marcas e patentes	São José dos Campos Outorga (ii)	Prefeitura Sorocaba Outorga (iv)	Total
Custo ou avaliação:										
Em 31 de dezembro de 2010	-	73.011	85.511	6.233	6.288	96	171	4.257	-	175.567
Adições resultantes de combinação de negócios	119.191	-	-	-	-	-	791	-	-	119.982
Adições	-	-	-	-	1.310	-	1	-	1.751	3.062
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Transferências	-	-	-	-	638	-	-	-	-	638
Reclassificação por operações especiais	-	-	-	-	21	-	12	-	-	33
Em 31 de dezembro de 2011	119.191	73.011	85.511	6.233	8.257	96	973	4.257	1.751	299.280
Amortização:										
Em 31 de dezembro de 2010	-	(42.652)	(2.451)	(208)	(3.782)	-	(21)	(857)	-	(49.971)
Despesa de amortização no exercício	-	-	-	-	(1.033)	-	(1)	(327)	-	(1.361)
Baixas	-	-	-	-	-	(96)	-	-	-	(96)
Reclassificação por operações especiais	-	-	-	-	96	-	1	-	-	97
Em 31 de dezembro de 2011	-	(42.652)	(2.451)	(208)	(4.719)	(96)	(21)	(1.184)	-	(51.331)
Intangível líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	30.359	83.060	6.025	2.506	96	150	3.400	-	125.596
Saldo em 31 de dezembro de 2011	119.191	30.359	83.060	6.025	3.538	-	952	3.073	1.751	247.949

i) Ágio na aquisição de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e amortizado até 31 de dezembro de 2008;

ii) Direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 2008 com prazo de 12 anos, sendo amortizado linearmente neste período com término previsto em contrato para julho de 2020;

iii) Softwares tem uma vida útil de 5 anos, sendo amortizado linearmente neste período;

iv) Direito de concessão para prestação de serviços de transporte urbano adquirido em 16 de junho de 2011 com prazo de 8 anos, sendo amortizado linearmente neste período com término previsto em contrato para junho de 2019; e

v) Ágio na combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, conforme Nota Explicativa 3.

15.1 Ágios identificados nas combinações de negócios

A adição de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R$ 119.891 refere-se a ágio de rentabilidade futura no valor de R$ 119.191 e marcas e patentes no valor de R$ 700, este ágio foi apurado em combinação de negócio e mensurado pelo valor justo, conforme Nota Explicativa 3.

15.2 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios e com vidas úteis indefinidas foram alocados à Companhia, uma vez que esta apresenta somente um segmento de negócio e com uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realiza anualmente o teste de valor recuperável e considera, entre outros fatores, a relação entre sua cotação no mercado e seu valor contábil, de forma a identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011, a cotação do mercado da Companhia era maior que seu valor contábil, indicando potencial aumento ao valor recuperável do ágio e aumento ao valor recuperável dos ativos.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável, com base no valor em uso, são baseadas no desempenho histórico da economia e premissas macro econômicas razoáveis, como segue:

- Receitas: projetada de 2012 a 2021 considerando crescimento da base de clientes, receitas pela renovação da frota, a evolução das receitas do mercado com relação ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;

- Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica da base de clientes em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas;

- Investimentos de capital: estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços; e

- Taxa de desconto: a estimativa do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando-se a taxa de desconto média correspondente ao custo de capital, estimado em 7,8%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

				Controladora					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Taxa média (%)	Estrutura (%)	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional									
Operacional (Veículos, máquinas e equipamentos)									
Finame (i)	8,4	Pré / TJLP	2021	226.267	162.206	766.824	538.831	993.091	701.037
CCB (**)	13,6	Pré fixada	2013	-	-	9.980	9.980	9.980	9.980
				226.267	162.206	776.804	548.811	1.003.071	711.017
Não operacional									
CCB (ii) (**)									
Aquisições	12,9	2 + CDI	2015	83	209	28.194	28.194	28.277	28.403
PEC (*)			-	-	47.922	-	47.500	-	95.422
CCB (**)	12,4 115 do CDI	114,2 do CDI	2019	974	-	441.674	-	442.648	-
Nota de crédito à exportação (iii)	13,0	2,1 + CDI	2014	7.788	255	52.500	60.000	60.288	60.255
				8.845	48.386	522.367	135.694	531.212	184.080
				235.112	**210.592**	**1.299.172**	**684.505**	**1.534.283**	**895.097**

				Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Taxa média (%)	Estrutura (%)	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional									
Operacional (Veículos, máquinas e equipamentos)									
Finame (i)	8,4	Pré / TJLP	2021	237.199	175.174	802.442	590.168	1.039.640	765.342
CCB (**)	13,6	Pré fixada	2013	-	-	9.980	9.980	9.980	9.980
				237.199	175.174	812.422	600.148	1.049.620	775.322
Não operacional									
CCB (ii) (**)									
Aquisições	12,9	2 + CDI	2015	82	209	28.194	28.194	28.276	28.403
PEC (*)			-	-	47.922	-	47.500	-	95.422
CCB (**)	12,4 115 do CDI	114,2 do CDI	2019	974	-	441.674	-	442.648	-
Nota de crédito à exportação (iii)	13,0	2,1 + CDI	2014	7.789	255	52.500	60.000	60.289	60.255
				8.845	48.386	522.368	135.694	531.212	184.081
				246.043	**223.560**	**1.334.790**	**735.842**	**1.580.833**	**959.402**

(*) PEC – Programa Especial de Crédito

(**) CCB – Cédulas de Crédito Bancário

Os cronogramas de amortização da controladora e consolidado estão demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

				31/12/2011	
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor	%	Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/12	235.112	15,3	246.043	15,6
	2013	273.000	17,8	283.783	18,0
	2014	283.232	18,5	294.014	18,6
	2015	238.924	15,6	247.175	15,6
	2016	111.241	7,3	113.949	7,2
	2017	150.119	9,8	152.013	9,6
	2018	129.271	8,4	130.400	8,2
	2019 em diante	113.386	7,4	113.456	7,2
Total passivo não circulante		1.299.173	84,7	1.334.790	84,4
Total		**1.534.285**	**100,0**	**1.580.833**	**100,0**

Empréstimos e financiamentos – Linha operacional

i) Os financiamentos para investimentos em veículos e equipamentos (Finame) possuem taxa de juros anuais médias de 8,4%, o que já inclui a TJLP vigente no período;

Empréstimos e financiamentos – Linha não operacional

ii) Os encargos financeiros sobre cada uma das cédulas de crédito bancário estão compostos da seguinte forma:

- *Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 2 pontos percentuais ao ano;*
- *115 pontos percentuais do Certificado de Depósito Interbancário; e*
- *114,2 pontos percentuais do Certificado de Depósito Interbancário.*

iii) Os encargos financeiros sobre as notas de créditos à exportação (NCE) possuem taxas de juros anuais, média de 2,1% ao ano, acrescida da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em relação aos empréstimos contratados, a Companhia está sujeita a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações, sendo as principais:

i) omissão ou não recolhimento de quaisquer obrigações nas datas devidas pela Companhia;

ii) mudanças significativas no controle acionário da Companhia, tais como liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação, ou reorganização societária envolvendo a Companhia, sem prévia anuência da instituição financeira contratada;

iii) manutenção do índice, obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Adicionado (EBITDA-A) dos últimos 12 meses, igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) por todo o período do contrato; e

iv) outros indicadores e ocorrências, que possam caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas. Estes compromissos foram cumpridos em 31 de dezembro de 2011.

16.1 Fianças bancárias

A Controladora possue as seguintes fianças bancárias:

Controladora

- Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação de execução fiscal
- Beneficiária: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- Garantidor: Banco da Indústria e Comércio S.A.
- Valor: R$ 11.000
- Vencimento: Indeterminado
- Taxa: 1,5% a.a. (índice de atualização: Selic)
- Prazo: Indeterminado

Transportadora Grande ABC Ltda. (Incorporada em 31 de dezembro de 2011)

- Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação judicial do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
- Beneficiária: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
- Garantidor: Banco Itaú S.A.
- Valor: R$ 969
- Vencimento: 08/09/2013
- Taxa: 1,5% a.a. (índice de atualização: Selic)
- Prazo: Sessenta meses

- Natureza: utilização dos recursos existentes e relacionados a ação judicial da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- Beneficiária: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- Garantidor: Banco Itaú S.A.
- Valor: R$ 3.175
- Vencimento: 08/09/2013
- Taxa: 1,5% a.a. (índice de atualização: Selic)
- Prazo: Sessenta meses

17 Debêntures

			Controladora / Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais médios (%)	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional								
Debêntures (i) / (ii)	CDI + 1,85/1,95/2,20 e 118 do CDI	2017	703	20.503	360.936	345.842	361.639	366.345
			703	**20.503**	**360.936**	**345.842**	**361.639**	**366.345**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	Controladora / Consolidado		
			31/12/2011
	Vencimento das parcelas	Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/12	703	0,2
	2014	110.214	30,5
	2015	111.777	30,9
	2016	110.773	30,6
	2017	28.172	7,8
Total passivo não circulante		360.936	99,8
Total		**361.639**	**100,0**

i) Correspondente a 250 debêntures simples, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R$ 1.000 totalizando R$ 250.000, de 3 (três) séries, sendo R$ 83.000 para as debêntures da 1ª série, R$ 84.000 para as debêntures da 2ª série e R$ 83.000 para as debêntures da 3ª série, não conversíveis em ações, em Regime de Garantia Firme. As debêntures da 1ª série terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos, as debêntures da 2ª série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos e as debêntures da 3ª série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos, a contar da data de emissão em 20 de dezembro de 2010, vencendo em 20 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais a contar da data de emissão. Juros remuneratórios correspondem a 100% (cento pontos percentuais) da variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros "DI", over extra grupo ("taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. acrescida de uma sobre taxa de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 1ª série, 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 2ª série e 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano para as debêntures da 3ª série. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A remuneração será paga ao final de cada período de capitalização.

Os custos da transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, conforme determina o CPC08 (IAS39) são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	*Informação/valor*
a. Identificação do processo por natureza	
Instituição financeira	*HSBC*
Valor da 1a. Série	*50.000*
Valor da 2a. Série	*50.000*
Valor da 3a. Série	*50.000*
Instituição financeira	*BES Investimento*
Valor da 1a. Série	*33.000*
Valor da 2a. Série	*34.000*
Valor da 3a. Série	*33.000*
Valor Total (HSBC + BESI)	*250.000*
Emissão	*20/12/2010*
Vencimento	*20/12/2016*
Espécie	*Debêntures quirografárias*
Identificação Ativo na CETIP	*JSML13*
b. Custos da transação incorridos	***(93)***
Honorários advocatícios	*(80)*
Registro CETIP	*(13)*
c. Prêmios obtidos	***721***
Adicional pela liquidação em 28/12/2010	*721*
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	***CDI + 2,00%***
1a. Série	*CDI + 1,85%*
2a. Série	*CDI + 1,95%*
3a. Série	*CDI + 2,20%*
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	***(2.041)***
Despesas com agente fiduciário (trimestrais corrigidas por IGP-M)	*(78)*
Despesas com banco mandatário (mensais fixas)	*(72)*
Comissão Coordenação (0,3%)/ Garantia Firme (0,2%) / Distribuição (0,2%) (HSBC)	*(1.135)*
Comissão Coordenação (0,3%)/ Garantia Firme (0,2%) / Distribuição (0,2%) (BESI)	*(757)*

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas que, quando não atendidas, determinam a antecipação do vencimento das obrigações. Dentre essas cláusulas destaca-se a relacionada a índice financeiro, que deve ser atendida semestralmente. Esse índice determina que a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA deve ser menor ou igual a três. Para efeitos deste item o EBITDA Adicionado corresponde ao EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos, o qual não representa desembolso de caixa, uma vez que se trata de mera representação contábil no momento da desmobilização dos ativos. As cláusulas administrativas referem-se basicamente às seguintes restrições: (i) transformação da emissora em sociedade limitada; (ii) mudanças significativas no controle acionário da Companhia, tais como liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação, ou reorganização societária envolvendo a Companhia, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas em Assembléia Geral de Debenturistas convocada com este fim; (iii) outros indicadores e ocorrências, que a critério dos bancos, possam caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas; (iv) outros. Todos os compromissos descritos acima e no contrato estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2011.

ii) Correspondente a 113 debêntures simples, sendo esta a 4ª emissão da Companhia nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor individual de R$ 1.000 totalizando R$ 113.000, de série única, não conversíveis em ações. As debêntures possuem prazo de duração de 6 anos, a contar da data de emissão em 24 de junho de 2011, vencendo em 24 de junho de 2017 e a atualização de seu valor será equivalente

a 118% (cento e dezoito inteiros pontos percentuais) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A.. O pagamento dos juros será feito trimestralmente, após a data da emissão. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado de cada debênture, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A remuneração será paga ao final de cada período de capitalização.

Os custos da transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, conforme determina o CPC08 (IAS39) são:

Descrição	***Informação/valor***
a. Identificação do processo por natureza	
Instituição financeira	*BB-BI*
Valor da Série Única	*113.000*
Emissão	*24/06/2011*
Liquidação	*06/07/2011*
Vencimento	*24/06/2017*
Espécie	*Debêntures quirografárias*
Identificação do ativo na CETIP	*JSLM14*
b. Custos da transação incorridos	***(90)***
Honorários advocatícios	*(80)*
Registro CETIP	*(10)*
Despesas com banco mandatário	*(0)*
c. Adicional pela liquidação em 06/07/2011	***480***
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	***118% CDI***
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	***(1.120)***
Despesas com agente fiduciário (trimestrais corrigidas por IGP-M)	*(98)*
Despesas com banco mandatário (mensais fixas)	*(72)*
Comissão Coordenação (0,3%)/ Garantia Firme (0,3%) / Distribuição (0,2%)	*(950)*

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas que, quando não atendidas, determinam a antecipação do vencimento das obrigações. Dentre essas cláusulas, destaca-se a relacionada a índice financeiro, que deve ser atendida semestralmente. Esse índice determina que a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA deve ser menor ou igual a três. Para efeitos deste item o EBITDA Adicionado corresponde ao EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos, o qual não representa desembolso de caixa, uma vez que se trata de mera representação contábil no momento da desmobilização dos ativos. As cláusulas restritivas administrativas referem-se basicamente às seguintes restrições: (i) decretação de

falência da emissora; (ii) transformação da emissora em sociedade limitada; (iii) outros. Todos os compromissos descritos acima e no contrato estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2011.

18 Arrendamentos e compromissos

18.1 Arrendamentos financeiros a pagar

Referem-se aos contratos de arrendamento mercantil na modalidade de Finame leasing e arrendamento financeiro para a manutenção da atividade operacional da Companhia, com encargos anuais médios de 13,7 %. Estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Banco Itaú	161.702	20.219	193.414	26.433
Banco HSBC	98.414	82.527	114.125	110.247
Banco Santander	56.909	29.833	80.150	35.568
Banco Bradesco	35.230	39.469	35.377	39.573
Banco Safra	1.355	5.619	1.355	5.619
Banco Unibanco	517	10.895	517	10.895
Banco Citbank	174	-	174	-
Outros bancos	343	1.351	343	1.744
Total	**354.644**	**189.913**	**425.455**	**230.079**
Parcela circulante	158.918	107.634	188.869	128.631
Parcela não circulante	195.726	82.279	236.586	101.448
Total	**354.644**	**189.913**	**425.455**	**230.079**

A parcela não circulante tem os seguintes vencimentos:

	31/12/2011	
Ano	**Controladora**	**Consolidado**
2013	134.621	153.047
2014	36.623	51.156
2015	9.475	12.260
2016 em diante	15.007	20.123
Total	**195.726**	**236.586**

Informações adicionais:

	Controladora			Consolidado		
	Prestação a pagar	Saldo a pagar valor presente (i)	Imobilizado Líquido	Prestação a pagar	Saldo a pagar valor presente (i)	Imobilizado Líquido
Máquinas e equipamentos	27.419	24.356	41.446	27.419	24.355,77	41.446
Veículos leves	342.260	311.684	378.051	426.707	382.290,53	466.228
Veículos pesados	19.460	16.791	55.432	19.613	16.937,74	55.432
Outros	2.102	1.813	454	2.160	1.871,44	455
	391.241	**354.644**	**475.384**	**475.899**	**425.455**	**563.561**

	Controladora		Consolidado	
	Prestação a pagar	Saldo a pagar valor presente (i)	Prestação a pagar	Saldo a pagar valor presente (i)
Até um ano	175.317	158.918	211.262	188.869
Mais de um ano até cinco anos	215.924	195.726	264.637	236.586
	391.241	**354.644**	**475.899**	**425.455**

i) As obrigações a pagar para compromissos dessa natureza são registradas a valor presente no momento inicial da transação, segundo a respectiva taxa de juros contratual, tendo como contrapartida a classe correspondente do ativo imobilizado. Os encargos financeiros correspondentes são reconhecidos como despesas financeiras, quando incorridos.

As operações são garantidas pelos próprios bens objeto do arrendamento e aval de acionistas controladores.

18.2 Arrendamentos operacionais

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	31/12/2011	
	Controladora	Consolidado
Dentro de um ano	14.623	18.689
Após um ano, mas menos de cinco anos	20.882	28.540
Mais de cinco anos	7.573	7.573
	43.078	**54.802**

Estes aluguéis referem-se, principalmente, a lojas para revenda de veículos e locais para atendimento das demais operações logística.

19 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Provisões sociais e encargos	33.040	21.795	48.349	35.541
Salários	17.360	12.845	23.134	17.012
INSS	18.404	13.714	22.090	15.674
FGTS	3.098	2.029	4.086	2.488
Outros	454	151	554	322
Total	**72.356**	**50.534**	**98.213**	**71.037**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
REFIS IV (i)	51.944	34.108	51.944	51.967
PIS, COFINS e ISS	14.094	13.736	17.618	17.476
ICMS	7.064	3.308	7.266	4.360
IRRF	2.572	1.741	3.132	2.007
Outras obrigações tributárias	1.890	484	2.120	2.300
	77.564	**53.377**	**82.080**	**78.110**
Passivo circulante	30.364	17.986	34.763	33.930
Passivo não circulante	47.200	35.391	47.317	44.180
Total	**77.564**	**53.377**	**82.080**	**78.110**

i) A Companhia e suas controladas, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/09 "REFIS IV", formalizaram a opção pelo parcelamento de tributos em até 180 meses. Assim, realizou a migração para este de todos os débitos existentes nos parcelamentos anteriores (PAES e no PAEX), e incluiu outras obrigações decorrentes da desistência de processos tributários e previdenciários, administrativos e judiciais e de recálculos, no montante de R$ 42.400 (controladora) e R$ 92.211 (consolidado).

As obrigações legais não reconhecidas anteriormente foram registradas como ajuste de períodos anteriores, no momento da adoção ao REFIS IV, sendo os ajustes refletidos retrospectivamente nas demonstrações ajustadas. Em função da redução de multas, juros e compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, o saldo total da mencionada dívida foi reduzido em R$ 9.278 (Controladora) e R$ 31.322 (Consolidado). Como consequência da adesão da Companhia ao "REFIS IV" da Receita Federal do Brasil, o saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 51.944 (controladora e Consolidado). Esse saldo a pagar será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A mensuração e a contabilização das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições legais estabelecidas nos programas e a confirmação da totalidade das obrigações foi consolidada pela Receita Federal de acordo com as regras do programa. A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios do parcelamento está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição por tributo:

	31/12/2011			
	Controladora / Consolidado			
	Principal	Multa	Juros	Total
CSLL	2.856	1.428	1.821	6.105
IRPJ	9.239	4.634	3.046	16.919
IOF	1.725	903	651	3.279
PIS	887	176	588	1.651
COFINS	5.042	898	5.296	11.236
IRRF	52	5	90	147
INSS	6.912	651	5.044	12.607
Total	**26.713**	**8.695**	**16.536**	**51.944**

No mês de junho de 2011, a Receita Federal realizou o processo de consolidação das obrigações incluídas no programa REFIS IV, estabelecido pela Lei Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/09. Como resultado da consolidação desses valores, o saldo total da mencionada dívida foi reduzido em R$ 10.147 (Controladora) e R$ 9.760 (Consolidado), basicamente devido à redução de multa e juros. Vide Nota Explicativa 32.

Os parcelamentos em curso contra a Companhia não possuem bens ou garantias arroladas e serão pagos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011
Parcelamentos a pagar	**Controladora / Consolidado**
Dentro de um ano	4.744
Após um ano, mas menos de cinco anos	21.920
Mais de cinco anos	25.280
	51.944

21 Contas a pagar e adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Aquisições de empresas - Rodoviário Schio S.A. (Nota 3)	65.000	-	65.000	-
Contas a pagar - Consórcio CMT (i)	164	16.097	20.590	16.097
Adiantamento de clientes (ii)	18.029	23.556	28.376	33.531
Contas a pagar	16.299	694	19.531	6.180
Juros sobre capital próprio	11.239	-	11.239	-
Aquisições de empresas - Transportadora Grande ABC e Yolanda Logistica Ltda.	10.075	12.742	10.074	12.742
Vale transporte a repassar - Mogipasses	-	-	8.324	5.817
Fretes e carretos a pagar	6.062	10.596	6.062	10.596
Contas a pagar - Consórcio - 123	5.400	4.390	5.400	4.390
Contas a pagar Schio	2.357	-	2.357	-
Aluguéis a pagar	-	-	3.981	2.352
Valores a pagar contrato gestão de ativos	-	-	1.498	-
Outorga Sorocaba	-	-	1.021	-
Dividendos a pagar	361	22.089	469	22.196
Contas a pagar - Consórcio Sorocaba	-	-	109	-
Cheques a compensar	-	1.162	-	1.162
	134.986	**91.326**	**184.031**	**115.063**
Passivo circulante	43.319	78.618	88.383	95.329
Passivo não circulante	91.667	12.708	95.648	19.734
Total	**134.986**	**91.326**	**184.031**	**115.063**

i) Saldo correspondente a valores mantidos pelo CMT (Consórcio Metropolitano de Transportes - Transporte Urbano de Passageiros) para o exercício de sua atividade operacional do qual a Companhia possui participação de 5,3849%;

ii) Referem-se aos valores recebidos antecipadamente a título de venda de veículos e renovação de frota, comissões e vendas de passagens para o transporte coletivo de passageiros.

22 Transações com partes relacionadas

22.1. Ativo

						Controladora
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
Consórcio Unileste	28	11	Interligada	Mútuo	31/12/2012	40
Original Cate Central Assist.Tec. Equip. Ltda	5	5	Interligada	Mútuo	31/12/2012	20
Yolanda Logística Armazém Transporte e Serviços Gerais Ltda.	-	4.815	Controlada	Mútuo	31/12/2013	10.000
JSL Locações Ltda.	1.621	-	Controlada	Mútuo	31/12/2013	10.000
Total	**1.654**	**4.831**				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
Consórcio Unileste	31	11	Interligada	Mútuo	31/12/2012	40
Original Cate Central Assist.Tec. Equip. Ltda	5	5	Interligada	Mútuo	31/12/2012	20
Total	**36**	**16**				

Os valores correspondentes aos contratos de mútuos ativos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos contratuais segundo a variação do CDI.

22.2. Passivo

						Controladora
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
JP Tecnolimp S/A	4.098	3.685	Controlada	Mútuo	31/12/2012	5.000
Consórcio 123	747	747	Interligada	Mútuo	31/12/2012	2.000
CS Brasil Ltda.	52	-	Controlada	Mútuo	31/12/2012	80.000
Mogipasses Com. Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	3.554	Controlada	Mútuo	31/12/2012	4.000
Consórcio Unileste	-	9	Interligada	Mútuo	31/12/2012	40
Total	**4.897**	**7.995**				

						Consolidado
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**Relacionamento**	**Especificação**	**Vigência**	**Limite**
Consórcio 123	747	747	Interligada	Mútuo	31/12/2012	2.000
Consórcio Sorocaba	100	-	Interligada	Mútuo	31/12/2012	4.000
Consórcio Unileste	26	9	Interligada	Mútuo	31/12/2012	40
Total	**873**	**756**				

Os valores em aberto decorrentes de contratos de mútuos passivos com partes relacionadas estão sujeitos a encargos contratuais segundo a variação do CDI.

22.3. Faturamento entre partes relacionadas

	JSL	**CS Brasil**	**TGABC**	**JP Tecnolimp**	**Yolanda**	**Mogipasses**
Receita	68.234	10.203	4.729	-	-	1.065
(-) Custo	(14.932)	(68.743)	-	(367)	(189)	-
Total	**83.166**	**78.945**	**4.729**	**367**	**189**	**1.065**

O receita e custo envolvendo partes relacionadas então substancialmente representadas pelo serviço de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

22.4. Receitas e Despesas financeiras

Controladas	**JSL**	**CS Brasil**	**Yolanda**	**JP Tecnolimp**	**Mogipasses**
Receitas	483	80	-	444	162
Despesas	686	1	482	-	-

As transações com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

Adicionalmente, a Companhia efetuou adiantamentos de aluguel de imóveis à parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. no valor de R$ 10.273, referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, sendo reconhecido, R$ 2.160 como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R$ 6.604 em 31 de dezembro de 2010). Este contrato se encerrou em maio de 2011. O adiantamento foi realizado mediante desconto calculado segundo a variação da taxa básica de juros (SELIC).

22.5. Centro de serviços compartilhados

A Companhia, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetuou um estudo sobre os gastos entre as empresas que compartilham a mesma estrutura e *backoffice*. Com base nesse estudo, os gastos foram rateados entre essas empresas, tendo sido reconhecido no resultado. O montante de R$ 20.202 relativo à recuperação de despesas, reduzindo o saldo, na Controladora, de despesas administrativas em 31 de dezembro de 2011 (R$ 2.871 em 31 de dezembro de 2010).

22.6. Relação de ativos, passivos, receitas e despesas com controladas em conjunto

A Companhia e sua controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., participam em Consórcios no segmento de transportes públicos de passageiros e que estão apresentadas em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas com itens similares, linha a linha, em sua demonstração financeira de forma proporcional, de acordo com o CPC19. Os consórcios e suas respectivas participações são:

Consórcio	JSL	CS Brasil	Consolidado
Unileste	-	83,7017%	83,7017%
123	50,0000%	-	50,0000%
Sorocaba	-	50,0000%	50,0000%
CMT	0,0014%	5,3835%	5,3849%

22.7. Remuneração de administradores

A remuneração com encargos paga aos administradores e diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 12.231 (R$ 8.876 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), ambas enquadradas na categoria de “Benefícios de curto prazo a empregados e administradores”.

O limite aprovado pela Assembléia de Acionistas para remuneração em 2011 foi de R$ 17.000 mais encargos.

23 Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários e trabalhistas, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Trabalhistas (i)	22.831	21.038	23.762	25.609
Cíveis (ii)	8.996	7.301	9.009	7.658
Tributárias (iii)	10.762	10	10.762	10
Total	**42.589**	**28.349**	**43.533**	**33.277**

i) Processos trabalhistas, pleiteando horas extras, hora "in itinere", adicional de periculosidade, insalubridade e ações relacionadas a acidentes do trabalho;

ii) Provisão para riscos relacionados a processos cíveis decorrentes de pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais; e

iii) A Companhia e suas controladas têm 111 processos de natureza tributária nas esferas judicial e administrativa que representam demandas passivas no montante estimado de R$ 56.021 (sendo R$ 35.645 como perspectiva de perda possível e R$ 20.376 como perspectiva de perda remota). Os processos de probabilidade prováveis estão demonstrados no quadro acima.

Dentre os principais processos tributários com probabilidade de perda possível destacam-se:

a) Auto de infração no. 3.117.378-0 no qual a empresa Lubiani Transportes Ltda., incorporada pela Controladora em maio de 2008, foi solidariamente autuada por débitos de ICMS acrescidos de multa no montante total de R$ 5.749, devido à uma prestação de serviços de transporte realizada para um cliente, e para a qual o Fisco considerou que a mercadoria transportada foi entregue em local distinto ao indicado na documentação fiscal. A decisão de primeira instância foi desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso ordinário ao Tribunal de Impostos e Taxas, ainda pendente de julgamento.

Para os demais processos cíveis e trabalhistas em andamento, que na opinião da Administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda classificada como possível, nenhuma provisão foi

constituída. Os montantes envolvidos nesses processos, em 31 de dezembro de 2011, são: cíveis - R$ 51.789 e trabalhistas – R$ 39.708.

As declarações de rendimentos da Companhia e das suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos ao exame e à aprovação final pelas autoridades fiscais.

23.1. Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**28.349**	**33.277**
Adições	20.855	27.150
Baixas (pagamentos)	(17.263)	(25.108)
Adições resultantes de combinação de negócios	8.298	8.298
Adições na incorporação de empresas	2.350	-
Transferências	-	(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**42.589**	**43.533**

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 609.633 (R$ 601.221 em 31 dezembro de 2010), dividido em 201.329.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (198.889.656 em dezembro de 2010).

24.2 Evolução do capital

A Companhia realizou, em abril de 2010, nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e no Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”), a distribuição pública primária de 55.813.954 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames emitidas pela Companhia (“Ações Ordinárias”) com a exclusão do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia, dentro do limite do capital autorizado realizado no Brasil e com esforços de colocação no exterior (“Oferta”).

A Oferta compreendeu a distribuição pública primária em mercado de balcão não organizado.

A quantidade total de Ações Ordinárias objeto da Oferta foi acrescida de um lote suplementar de 3.923.900 Ações Ordinárias emitidas pela Companhia, equivalentes a 7,03% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas na Oferta.

Demonstração da evolução do capital:

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**139.151.802**	**139.152**
Aumento de capital conforme RCA de 19 de abril de 2010 (i)	55.813.954	446.511
Aumento de capital conforme RCA de 20 de maio de 2010 (i)	3.923.900	31.392
Custos de transação, liquidos - IPO	-	(15.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**198.889.656**	**601.221**
Custos de transação, liquidos - IPO - 1º Trimestre de 2011	-	(285)
Aumento de capital conforme AGE de 29 de dezembro de 2011 (Nota 3)	2.439.944	8.697
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**201.329.600**	**609.633**

i) RCA - Reunião do conselho de administração.

24.3 Custo da transação

Conforme determinado no Pronunciamento CPC08 (IAS 39) – Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores relacionados à abertura do capital, líquido dos efeitos tributários. Os valores registrados foram como segue:

Custos de transação	(23.991)
Créditos tributários do imposto de renda e contribuição social	8.157
Custos de transação, líquidos em 31 de dezembro de 2010	**(15.834)**
Custos de transação	(432)
Créditos tributários do imposto de renda e contribuição social	147
Custos de transação, líquidos em 31 de dezembro de 2011	**(285)**
Total	**(16.119)**

24.4 Ações em tesouraria

Em ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2010, a Companhia deliberou sobre a aquisição de 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, sem redução do capital social (“Recompra de Ações”). Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a operação de compra de 1.944.500 ações ordinárias no valor de R$ 21.580, restando um saldo de 55.000 ações a serem adquiridas.

24.5 Reserva de Capital

Conforme mencionado na Nota Explicativa 27, a Companhia possui plano de opção de compra de ações, com subscrições de ações determinadas a administradores e empregados que trabalham na Companhia.

	Nota	31/12/2011
Remuneração baseadas em ações	27	60
		60

24.6 Destinação dos resultados

Em conformidade com o Estatuto Social, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e

ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital ou à constituição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembléia Geral Ordinária (AGO) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O nosso Estatuto Social permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício da controladora	56.856	93.006
Constituição da reserva legal	(2.843)	(4.650)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	54.013	88.356
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	13.503	22.089
Forma de pagamento:		
Juros sobre o capital próprio pagos	13.142	-
Dividendos	361	22.089
	13.503	22.089
Quantidade de ações	199.385.100	198.889.656
Dividendos por ação	0,0677247	0,1110612

Sobre o valor dos juros sobre capital próprio há incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. O valor dos juros sobre capital próprio foi pago integralmente em janeiro de 2012.

24.7 Demonstração dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o resultado abrangente da Companhia é igual ao seu lucro líquido, nos valores de R$ 56.856 e R$ 93.006, respectivamente.

Outros resultados abrangentes (realização do deemed cost) nos montantes de R$ 39.964 em 31 de dezembro de 2011 e R$ 32.991 em 31 de dezembro de 2010 foram registrados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, mas, uma vez que foram realizados contra lucros acumulados, não resultaram em alteração patrimonial, e, consequente, não houve efeito sobre os resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

25 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. São calculados e classificados seguindo as projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2011, o montante total de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social era de R$ 74.679 na controladora e R$ 79.911 no consolidado.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos está a seguir apresentada:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1 Créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Créditos fiscais				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(25.391)	(18.786)	(25.391)	(23.713)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(10.620)	(8.962)	(10.957)	(10.252)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.654)	(663)	(3.687)	(960)
Constituição AVP's	(2.607)	(2.196)	(8.555)	(2.070)
Provisão sobre custos de transação na emissão de ações	(8.304)	(8.159)	(8.304)	(8.159)
Receita diferida de órgãos públicos	(1.180)	(1.529)	(1.180)	(1.529)
Provisão para perdas nos investimentos	-	(8.182)	-	(8.182)
Participação nos resultados	-	(727)	-	1.046
Incorporação Lubiani	-	(8.731)	-	(8.731)
Débitos fiscais				
Depreciação econômica vs. fiscal	106.106	52.045	113.580	57.159
Imobilização leasing financeiro	73.033	133.011	85.011	136.561
Diferido órgãos públicos	-	-	21.355	-
Avaliação patrimonial	4.772	-	4.772	2.393
Reversão de ágio	-	8.725	-	8.725
	132.155	**135.846**	**166.644**	**142.288**

Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os créditos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas.

Com relação aos créditos fiscais diferidos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos 03 anos.

Os débitos fiscais são constituídos substancialmente por diferenças temporárias aplicados a 34%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Conciliação das provisões do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**55.804**	**139.838**	**85.133**	**140.897**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(18.973)	(47.545)	(28.945)	(47.905)
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalencia Patrimonial	22.141	5.083	-	-
Incentivos Fiscais - Pat	-	107	886	107
Juros Remuneração de Capital - JCP - Pagos	4.468	-	4.468	-
Juros Remuneração de Capital - JCP - Recebidos	(7.732)	-	-	-
Efeito positivo Consolidação Refis	3.314	-	3.314	-
Amortização Ágio (Yolanda / TGABC)	(94)	(381)	(94)	(381)
Despesas indedutíveis	(2.305)	(1.624)	(2.778)	(2.260)
Dedução de 30% dos tributos devidos com prejuízo fiscal e base negativa	-	2.600	444	2.679
Efeito incorporação TGABC	(5.440)	-	(5.440)	-
Efeito incorporação Schio	1.435	-	1.435	-
Outras (adições) exclusões	4.239	(5.072)	(1.540)	(97)
IRPJ e CSLL apurados	**1.052**	**(46.832)**	**(28.249)**	**(47.856)**
Corrente	-	(5.935)	(27.984)	(13.659)
Diferido	1.052	(40.896)	(265)	(34.197)
IRPJ e CSLL no resultado	**1.052**	**(46.832)**	**(28.249)**	**(47.856)**
Alíquota efetiva	1,9%	-33,5%	-33,2%	-34,0%

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Responsabilidade civil contra terceiros

Abrange danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais para todas as operações realizadas pela Companhia e suas controladas:

	Descrição	R$ /Mil
Vigência	12/2011 a 03/2012	
Prêmio Trimestral	R$ 1.769	
Coberturas	Danos materiais	975
	Danos corporais	1.900
	Danos morais	300

Transporte de cargas – veículos

Parte significativa da operação de transporte de veículos está segurada diretamente pelos contratantes. Para os demais casos são contratados seguros que possuem cobertura que variam de acordo com o valor dos veículos transportados.

Transporte de cargas – produtos

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em seu transporte, os quais possuem cobertura que variam de acordo com o valor da carga transportada:

	Descrição	R$ / Mil	Detalhes
Vigência	06/2011 a 06/2012		
Prêmio anual	R$ 4.560		
Coberturas	Responsabilidade civil	5.000	Limite máximo por veiculo
	Desvio de carga	1.100	por embarque

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Seguros contratados contra possíveis danos ou perdas que podem ocorrer em armazenamento, os quais possuem cobertura conforme tabela abaixo:

	Descrição	R$ /Mil
Vigência	11/2011 a 11/2012	
Coberturas	Incêndio,queda de raio e explosão	44.300
	Danos elétricos	222
	Roubo / furto qualificado	500
	RC Operações	500
	Outros	450

As mercadorias de terceiros, armazenadas nos depósitos da Companhia, decorrentes da sua atividade de logística e armazenagem, perfazem o montante de R$ 119.597 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 107.742 em 31 de dezembro de 2010), dos quais R$ 90.583 são de responsabilidade do terceiro em 31 de dezembro de 2011 (R$ 60.230 em 31 de dezembro de 2010).

Frota

A Companhia não contrata seguro para frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

27 Planos de remuneração baseados em ações

Os principais eventos relacionados ao plano são:

Em 09 de janeiro de 2011 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opções de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de novembro de 2011 o Conselho de Administração aprovou os beneficiários do Plano de Outorga de Opções e Ações, bem como o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício total ou parcial, totalizando em 570.429 opções, de acordo com os prazos de carência e demais condições previstas no Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado com cada beneficiário.

As opções outorgadas do plano vigente poderão ser exercidas, desde que observadas as premissas indicadas na tabela abaixo:

Tranche	Data de Outorga	Prazo de Carência	Prazo de Exercício	Percentual do Total das Opções Outorgadas Passível de Exercício
1	01/12/2011	01/12/2011 a 01/03/2013	02/03/2013 a 02/05/2015	Até 25%
2	01/12/2011	01/12/2011 a 01/03/2014	02/03/2014 a 02/05/2015	Até 50%
3	01/12/2011	01/12/2011 a 01/03/2015	02/03/2015 a 02/05/2015	Até 100%

O preço de exercício da opção foi fixado em R$ 8,00 (oito reais) para cada opção, calculado com base na média da cotação das Ações na BMF&BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anterior ao ano da data de concessão, com desconto de 23,3%. O preço de exercício será pago a Companhia em dinheiro, à vista, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

O saldo acumulado na conta de reserva de capital “remuneração baseadas em ações” no patrimônio líquido possui saldo de R$ 60.

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários, recebidos em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R$ 60, sendo que, nesta data nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações no Plano de Opções durante o exercício de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação durante o exercício

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	2011	
	Quantidade	WAEP (em Reais)
Concedidas durante o exercício	570.429	2,82
Em aberto em 31 de dezembro	**570.429**	**2,82**

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2011 era de 2,25 anos.

O valor justo médio ponderado das ações outorgadas durante o exercício era de R$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos).

A faixa de preço de exercício para as opções remanescentes ao final do exercício era de R$ 2,08 (dois reais e oito centavos) a R$ 3,53 (três reais e cinquenta e três centavos).

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano de opção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	2011		
	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3
Volatilidade esperada (%)	36,80	36,80	36,80
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,56	10,88	11,14
Prazo de vida esperado das opções (anos)	1,25	2,25	3,25
Média ponderada do preço das ações (R$)	2,08	2,87	3,53
Modelo utilizado	Binomial	Binomial	Binomial

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A Companhia não possui planos que foram outorgados em exercícios anteriores, e o fato da Companhia considerar que poderá ocorrer o exercício antecipado das opções, constitui uma premissa de julgamento da Administração. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia e suas controladas restringem-se a caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos para capital de giro e investimentos, créditos e débitos com partes relacionas e outros créditos e débitos, negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	399.084	371.119	399.084	371.119
Títulos e valores mobiliários	44.226	117.126	44.226	117.126
Contas a receber	642.205	490.240	669.091	490.240
Outros créditos	56.575	34.187	56.575	34.187
Total	**1.142.090**	**1.012.672**	**1.168.976**	**1.012.672**
Passivos Financeiros				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros a	2.006.288	1.189.481	2.006.288	1.189.481
Debêntures	361.639	366.345	361.639	366.345
Fornecedores	57.478	54.461	57.478	54.461
Contas a pagar e adiantamento de clientes	184.031	115.063	184.031	115.063
Total	**2.609.436**	**1.725.350**	**2.609.436**	**1.725.350**

O valor justo utilizado para registro das aplicações financeiras foi apurado com preços cotados em mercados ativos para operações similares, enquadrando-se no nível 1 da hierarquia de valor justo.

A Companhia não efetuou aplicações para fins de *hedge* e de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a clientes e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam

diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê Financeiro e de Suprimentos que presta assessoria em riscos financeiros em estrutura de governança apropriada para a Companhia. O Comitê suporta e recomenda à alta administração da Companhia para que as atividades nas quais se assumem riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

É prática da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos, sendo atribuição do Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. A Companhia está exposta apenas ao risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e debêntures.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários da Companhia, sujeitas a taxas de juros variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros anualizadas, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos a pagar, e caixa e equivalentes de caixa sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Impacto no resultado anual		
Operação (Em Milhões)	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II *Provável***	**Cenário III**
Aplicações financeiras				
Posição em 31.12.2011		(9)	(7)	(6)
R$ 426	CDI	-2,00%	-1,75%	-1,50%
Dívida atrelada ao CDI				
Posição em 31.12.2011		22	20	17
R$ 1.117	CDI	-2,00%	-1,75%	-1,50%
Dívida atrelada à TJLP				
Posição em 31.12.2011		(3)	0	(3)
R$ 1.040	TJLP	-0,25%	0,00%	0,25%

A Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, incluindo debentures e leasing a pagar. A dívida foi segregada em 2 partes, dívidas atreladas ao CDI e dívidas atreladas à TJLP, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a queda em 1% da taxa do CDI, (a taxa mediana calculada com base na expectativa de mercado e dados emitidos pelo Banco Central do Brasil, em 01/10/2011, era de 12,5%), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Ainda neste cenário, consideramos que a TJLP não terá variação, expectativa baseada no histórico dessa taxa nos últimos meses.

O cenário II, considera uma redução adicional de 25% na taxa do CDI e uma redução na TJLP em 0,25% sobre a taxa considerada no cenário provável. O cenário III, considera uma redução menor na taxa do CDI, de apenas 0,75%, isto é 25% melhor que o cenário provável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado mensalmente pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com freqüência pela diretoria e Administração. A necessidade de uma provisão para estimativa de perda para crédito de devedores duvidosos é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com

saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional. A Companhia trabalha no prazo médio de endividamento de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem e pagamento de dividendos mínimos aos acionistas. A prática da Companhia é a de manter o quociente de alavancagem com um indicador menor ou igual a 3 vezes o valor do EBITDA-A para o período de 12 meses. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil com rendimento, menos caixa e equivalente de caixa e títulos e valores, excluindo as operações descontinuadas. O EBITDA-A é composto pelo lucro líquido do período, adicionado dos impostos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, além de incluir o custo da venda de ativos usados na prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2011, o quociente apresentava um valor de 2,5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Receita de vendas e de prestação de serviços	1.631.537	1.535.306	2.267.251	1.877.897
Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	198.358	293.707	410.999	381.777
(-) Deduções da receita				
Impostos sob vendas	(154.000)	(161.919)	(233.617)	(194.515)
ICMS	*(73.639)*	*(68.796)*	*(92.786)*	*(79.102)*
Cofins	*(52.476)*	*(57.982)*	*(88.214)*	*(72.039)*
PIS	*(11.419)*	*(12.596)*	*(19.130)*	*(15.648)*
ISS	*(16.466)*	*(22.545)*	*(33.487)*	*(27.727)*
Devoluções	(30.003)	(27.524)	(32.918)	(30.583)
Descontos concedidos	(1.658)	(3.926)	(3.478)	(6.117)
Receita líquida total	**1.644.234**	**1.635.644**	**2.408.237**	**2.028.459**

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e Cofins (alíquota de 3% ou 7,6%).

30 Custo de prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Pessoal	(370.761)	(392.832)	(579.933)	(492.302)
Agregados e terceiros	(307.923)	(266.882)	(339.169)	(295.403)
Combustíveis e lubrificantes	(83.881)	(109.158)	(153.510)	(146.445)
Peças, pneus e manutenções	(100.958)	(145.484)	(158.850)	(164.321)
Depreciação	(171.411)	(77.947)	(199.446)	(84.249)
Outros	(149.555)	(147.492)	(215.837)	(197.098)
Total custo de prestação de serviços	**(1.184.489)**	**(1.139.795)**	**(1.646.745)**	**(1.379.818)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Despesas administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários e encargos sociais	(52.099)	(34.769)	(66.695)	(43.667)
Prestação de serviços	(24.485)	(17.437)	(33.101)	(21.335)
Telefones	(7.311)	(7.461)	(7.869)	(8.024)
Aluguéis de imóveis e terceiros	(3.260)	(5.563)	(4.078)	(5.930)
Propaganda e publicidade	(6.493)	(5.832)	(6.767)	(6.079)
Despesa com provisão com crédito de liq. duvidosa	(4.502)	(7.113)	(5.745)	(5.442)
Comunicação	(3.971)	(3.635)	(4.812)	(3.838)
Manutenção e conservação predial	(2.517)	(2.814)	(2.650)	(3.123)
Viagens, refeições e estadias	(2.079)	(1.740)	(2.213)	(2.155)
Depreciação	(1.353)	(3.549)	(1.835)	(4.667)
Impostos, manutenção e conservação de automóveis	(1.005)	(843)	(1.400)	(878)
Outras despesas adiministrativas e comerciais	(7.060)	(13.343)	(20.559)	(14.266)
Total despesas administrativas e comerciais	**(116.135)**	**(104.099)**	**(157.724)**	**(119.404)**

32 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(15.982)	(13.972)	(22.420)	(16.965)
Revisão REFIS IV - JSL / TGABC (i)	10.147	-	9.760	-
Outras receitas/despesas operacionais	6.174	13.419	6.232	18.309
Receita de aluguéis	2.009	31.900	2.008	1.649
Reversao de despesas	1.652	2.030	1.858	2.032
Amortização de ágio	(278)	-	(278)	-
Recuperação de despesas - CSC (ii)	-	2.871	-	2.871
Total outras receitas (despesas) operacionais	**3.722**	**36.248**	**(2.840)**	**7.896**

i) Vide Nota Explicativa 20.

ii) Vide Nota Explicativa 22.5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas				
Rendimentos s/ Aplicação	25.183	29.418	48.297	31.683
AVP`s	12.367	7.669	19.865	10.452
Juros	3.063	3.811	2.759	2.074
Descontos	1.595	3.154	1.894	3.336
Outras Receitas Financeiras	(33)	916	1.309	917
Receitas Financeiras	**42.175**	**44.989**	**74.123**	**48.483**
Despesas				
Juros	(188.016)	(131.734)	(199.927)	(133.134)
Variação Monetária	(5.327)	(5)	(9.215)	(5)
Outras Despesas Financeiras	(3.368)	136	(6.111)	(12.960)
Despesas Bancárias	(2.565)	(944)	(2.862)	(1.253)
IOF	(544)	(604)	(651)	(1.133)
Descontos	278	(302)	0	(317)
Despesas Financeiras	**(199.542)**	**(133.453)**	**(218.766)**	**(148.802)**
Resultado Financeiro	**(157.367)**	**(88.463)**	**(144.643)**	**(100.319)**

34 Gastos por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custos de vendas de ativos e da prestação de serviços	(714.891)	(751.805)	(1.052.826)	(920.741)
Despesas com pessoal	(164.477)	(163.467)	(232.486)	(214.297)
Outros custos	(19.034)	5.769	(41.251)	(23.569)
Depreciação e amortização	(172.764)	(81.495)	(201.283)	(88.916)
Outras (depesas) e receitas	(422.822)	(427.601)	(647.227)	(535.970)
	(1.493.989)	**(1.418.599)**	**(2.175.073)**	**(1.783.493)**
Custo da prestação de serviços	(1.184.489)	(1.139.795)	(1.646.745)	(1.379.818)
Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(197.087)	(212.049)	(367.764)	(292.435)
Despesas administrativas e comerciais	(116.135)	(103.112)	(157.724)	(119.403)
Outras receitas (despesas) operacionais,líquidas	3.722	36.357	(2.840)	8.164
	(1.493.989)	**(1.418.599)**	**(2.175.073)**	**(1.783.493)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	56.856	93.006
Denominador:		
Média ponderada de ações em circulação	197.361.241	180.716.870
Lucro líquido básico e diluído por ação - R$	**0,2881**	**0,5147**

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 37, com a aprovação do processo de incorporação da Simpar Concessionárias S.A., o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R$ 50.862, mediante a emissão de 15.469.534 ações ordinárias, que trará efeitos no cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação no próximo exercício.

36 Compromissos

São apresentados a seguir os compromissos da Companhia com garantias de obrigações públicas junto a seguradoras em 31 de dezembro de 2011:

Beneficiária – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
Natureza – garantir exclusivamente a execução dos serviços de Gestão Terceirizada, com manutenção, incluindo o fornecimento de 1.000 unidades de Viaturas Policiais nas condições exigidas pelo Estado de Minas Gerais.
Importância segurada - R$ 3.908
Vigência – 05/01/2011 à 13/01/2013

Beneficiária – CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Natureza – garantir a execução dos serviços de locação e gestão de 673 caminhonetes, sem motoristas, para atendimento às necessidades de transporte da CEMIG em todo Estado de Minas Gerais e Municípios de outros Estados em casos excepcionais e em viagens.
Importância segurada - R$ 5.867
Vigência – 26/07/2010 à 27/10/2015

Beneficiária – Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

Natureza – garantir indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos diretos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento na prestação de serviços.

Importâncias seguradas e vigências:

R$ 3.796 - 15/12/2010 à 25/04/2013

R$ 2.997 - 03/12/2010 à 25/04/2013

R$ 1.459 - 03/12/2010 à 09/03/2012

R$ 2.784 - 03/12/2010 à 28/02/2012

R$ 2.591 - 03/12/2010 à 28/02/2012

R$ 3.272 - 03/12/2010 à 18/11/2013

R$ 2.380 - 03/12/2010 à 18/11/2013

Beneficiária – Secretaria de Estado da Casa Civil

Em 27 de maio de 2011, o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado da Casa Civil, emitiu edital de licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a aquisição de frota de veículos (1.187 veículos tipo Sedan e 321 Utilitários), incluindo Gestão com Manutenção para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ainda, de acordo com o referido edital, o fornecimento dos veículos e serviços deverá considerar os custos com a substituição de toda a frota após o 30º mês de entrega das viaturas.

A CS Brasil, controlada da JSL S.A., foi a vencedora da licitação, e em 18 de julho de 2011 foi firmado Termo de Contrato para Aquisição de viaturas incluindo Gestão com Manutenção de Frota para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado da Casa Civil, e a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

O valor total do contrato é de R$ 490.710, sendo R$ 232.960 relativo a aquisição dos veículos e R$ 257.750 relativos a prestação dos serviços de gestão e manutenção dos veículos, sendo que este último deve ser atualizado pelo IGP-M após o prazo de 12 meses. A prestação do serviço inclui todas e quaisquer despesas como tributos, fretes, seguro, descarregamento das mercadorias, montagem e instalação.

O pagamento do valor total do contrato deverá ocorrer em 60 parcelas, sendo efetuados de forma mensal e sucessiva através de conta de titularidade da CS Brasil.

.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Eventos subsequentes

Em 09 de janeiro de 2012 foi aprovada por 96% das ações em circulação presentes na Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a proposta de incorporação das ações de emissão da Simpar Concessionárias S.A. ("Simpar Concessionárias").

Na sequência, os acionistas controladores da JSL acompanharam a decisão tomada pelos acionistas minoritários, vinculando seus votos à decisão que foi manifestada na AGE pela maioria das ações em circulação presentes.

Os termos para a incorporação da Simpar Concessionárias foram negociados e aprovados por Comitê Independente constituído especificamente para esse fim.

Em razão da incorporação, também foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 50.862, mediante a emissão de 15.469.534 ações ordinárias, que serão subscritas e integralizadas com as ações de emissão da Simpar Concessionárias S.A.

No dia 06 de fevereiro de 2012 a Administração da Companhia obteve a anuência das montadoras nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Simpar Concessionárias S.A. por JSL S.A." e reitera o seu entendimento de que a incorporação das Concessionárias será um diferencial competitivo no desenvolvimento da JSL, adicionando maior capacidade na atividade de revenda dos ativos utilizados nas operações, capturando sinergias, a exemplo da otimização do valor de revenda e de aquisição dos ativos, visando à obtenção de benefícios econômicos para a Companhia, seus acionistas e clientes.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas da
JSL S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JSL S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JSL S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting StandardsBoard – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da JSL S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão

adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2012.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015.199/O-6

Lourinaldo da Silva Mestre
Contador CRC-1SP126.047/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM n.o 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 201, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 20 de Março de 2012.

Diretoria

Fernando Antonio Simões
Presidente

Denys Marc Ferrez
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Albuquerque Marques Velloso
Diretor

Mauro Tomaz Postali
Diretor

Adriano Thiele
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM n.o 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011, emitido nesta data.

São Paulo, 20 de Março de 2012.

Diretoria

Fernando Antonio Simões
Presidente

Denys Marc Ferrez
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Fábio Albuquerque Marques Velloso
Diretor

Mauro Tomaz Postali
Diretor

Adriano Thiele
Diretor

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Correção do relatorio de adminstração